

# INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE ROMA

Responsável: **Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming**  
Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

GABBA, E. Cap. 1: Literature. In CRAWFORD, M. (Ed.) *Sources for Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985: 1-80. Tradução Irmina Doneux Santos

## Literatura

Todos os textos escritos fornecem evidências das idéias, opiniões, interesses e níveis de educação de seus autores, da extensão de sua liberdade e da natureza da sua condição social. Além disso, visto que um texto é um trabalho literário, carrega a marca de uma personalidade particular e de sua visão interpretativa única; também reflete a cultura, o gosto e as correntes ideológicas, políticas e literárias da época; *deve* ser representativo do contexto histórico no qual é criado e de fatores políticos, sociais e econômicos. Ao abordar textos literários (e outros) é crucial, é claro, tentar compreender as intenções por trás de sua criação e os meios usados para alcançar essas intenções; mas as posteriores história e transmissão de um trabalho também estão ancoradas nos mais diversos contextos geográficos e culturais, que podem enriquecer ou alterar sua significância. Um problema adicional surge da probabilidade de enganos decorrentes das cópias dos textos literários na Antiguidade e na Idade Média. A preservação de um texto que esteja muito próximo de seu original é muito rara; o recém-descoberto papiro de Qasr Ibrim, que contém duas elegias virtualmente completas de Gallus, é um exemplo (*JRS* 69 (1979), 125-5). Na verdade, a própria sobrevivência da literatura antiga é frequentemente o resultado do mero acaso ou de interesses sem qualquer relação com as intenções dos seus autores.

O historiador aborda os textos literários antigos com interesses historiográficos, utilizando uma grande diversidade de abordagens metodológicas; estes interesses e abordagens derivam basicamente dos problemas e pressões pertencentes à sociedade do historiador, às suas inclinações políticas, ao seu senso moral. Se se permanece preso a modelos tradicionais que derivam, em última análise, das preocupações da própria historiografia antiga, o objetivo central em lidar com textos antigos será a reconstrução de eventos históricos, no sentido mais amplo da palavra; o real assunto de interesse pode ser historiográfico, a história política ou a história das idéias, história econômica ou social, história legal ou institucional, história militar, história cultural. Alternativamente, um historiador pode tentar uma abordagem mais global, com a intenção de reconstruir cada aspecto variante da vida humana, individual e coletiva, espiritual e material, de comportamento e mentalidade, o estilo de vida de cada nível em seu contexto social e ambiental. Finalmente, um historiador pode basear uma análise sincrônica de um tipo antropológico ou sociológico nas fontes antigas. Sem dúvida essas três abordagens não esgotam, na verdade, as possibilidades com que depara um historiador da Antiguidade; mas está claro que mesmo estas implicam que se pode desejar utilizar todo o material literário antigo para propósitos históricos. O uso que se faz desse material literário obviamente diferirá de acordo com os objetivos do historiador; a legitimidade de seu uso não depende nem da natureza nem da validade de sua abordagem, mas da sua consideração por certas regras de método crítico que são geralmente reconhecidas como insubstituíveis e indispensáveis. A discussão que se segue não tem a intenção de explicar essas regras de método crítico, que são tidas como certas, ou expor os modos nos quais os textos podem ser usados, uma vez que estes obviamente dependem dos interesses de historiadores individuais. Eu proponho aqui, com a utilização de exemplos que inevitavelmente refletem meus próprios interesses, indicar alguma coisa dos conteúdos das fontes antigas, seu público, sua intenção, sua abordagem e sua racionalidade, lidando tanto com problemas internos quanto com os contextos históricos; eu proponho também lidar com o que os textos, sem declarações explícitas, pressupõem ou revelam incidentalmente.

Um texto antigo, particularmente um texto histórico, pode, pois, ser lido de pelo menos duas maneiras.<sup>1</sup> Visto que um texto histórico deliberadamente fornece informações sobre questões mais ou menos acessíveis sobre o seu autor, um estudioso moderno pode usar essas informações, contando que esteja satisfeito quanto a sua adequação e autenticidade ou esteja atento à extensão de qualquer distorção; o uso que ele faz dessas informações para sua própria reconstrução histórica não deve, é claro, apresentar os fatos como foram narrados pelo texto antigo. Por outro lado, o mesmo texto antigo, não considerando que a validade e a significância da informação que tem a intenção de prover, é por si só um documento histórico, uma vez que a abordagem narrativa e o impacto da personalidade do autor nos permite aprender algo sobre seu contexto histórico e cultural. Isto não significa que se deva reduzir a história a uma história da historiografia (embora isto possa frequentemente acontecer para períodos históricos que estão muito distantes das datas em que suas vicissitudes foram registradas) ou que se deva dar precedência ao estudo e à reconstrução dos parâmetros culturais e literários de um trabalho histórico; o que é necessário é uma visão global de um texto histórico, uma vez que os dois modos nos quais podem ser lidos não são mutuamente excludentes, mas mutuamente reforçadores.

## Historiografia

A historiografia na Antiguidade lidava com eventos importantes e notáveis, ou aqueles considerados como tal, segundo uma grande diversidade de princípios, interesses, objetivos e gostos de grande diversidade; esses eventos variam de acordo com o ambiente social no qual um trabalho é composto, com o público a que se destina, com a tradição historiográfica à qual pertence. O que os antigos consideravam como assunto historiográfico não é o mesmo que consideramos e *vice versa*; e também existe sempre o risco de se ler uma obra antiga atribuindo a ela uma intenção que estava completamente ausente. Mais importante de tudo, a historiografia na Antiguidade não é, em qualquer sentido óbvio, um objeto simples e não se desenvolve de modo linear e homogêneo, embora suas diferentes tramas tenham obviamente afinidades umas com as outras. O ponto mais importante a considerar é a categoria de leitores tidos como seu público pelo autor; o conteúdo e a forma de narrativa histórica dependem dos tipos de leitores esperados e de seus interesses.<sup>2</sup> Assim, por exemplo, o estilo de Tucídides, compacto e alusivo, até mesmo obscuro, contrasta com a abordagem expansiva de Teopompo, de Timeo ou da história analista romana. Políbio IX, 1-7 explica com absoluta clareza que o caráter pragmático de seu trabalho tem a intenção de torná-lo útil aos leitores, que são homens de negócios; precisamente porque ele considera isso como o mais valioso aspecto da história, ele não aprecia outros tipos, que ele conhece e lista, mas que se destinam a um público diferente, sem nenhum interesse para ele (veja pág.6).

O objetivo de Heródoto – o “pai da história”, que escreveu no terceiro quartel do séc. V a.C. – era registrar os grandes e notáveis feitos e as diversas realizações da humanidade, e os destinos diversos de sociedades diferentes, para preservar a memória delas; ele também fornece importantes e interessantes informações sobre muitos povos e países, sobre práticas religiosas e comportamento social. O mundo de Heródoto é derivado do e ligado àquele dos poemas épicos de Homero e de Hesíodo; o mundo *deles* viu o desenvolvimento da noção de verdade e falsidade, e o da personalidade de um autor com uma capacidade para o julgamento e a crítica.<sup>3</sup> Mas Heródoto deve também ser visto no contexto de preocupações práticas, geográficas e etnográficas, estas inseridas no fenômeno da colonização grega; essas preocupações dominaram amplamente os primeiros questionamentos científicos dos gregos. Embora a evidência não seja tão segura quanto geralmente se acreditou, parece provável que o trabalho de Heródoto foi projetado para ser lido em público; em todo caso,

---

<sup>1</sup> M. Liverani, “Memorandum on approach to historiographic texts”, *Orientalia* 42 (1973 = Gelb Volume), 178-94.

<sup>2</sup> A. Momigliano, “The historians of the Classical world and their audiences: some suggestions”, *Annali Scuola Normale Pisa* 8 (1978), 59-75.

<sup>3</sup> H. Strassburger, “Die Wesensbestimmung der Geschichte durch die antike Geschichtsschreibung”, *Sb. wiss. Gesellschaft an der J. W. Goethe-Universität Frankfurt-am-Main* 5.3 (1966), 47-97; ‘Homer und die Geschichtsschreibung’, *Sb. Heidelb. Akad., Phil.-hist. Kl.* (1972), 1.

pressupunha um público curioso e interessado, embora não necessariamente que possuísse um conhecimento especializado ou estivesse politicamente envolvido. É importante perceber que somos nós que lemos Heródoto como um historiador cultural, projetando para trás o tipo de reflexão historiográfica consciente que se desenvolveu sob a influência de Heródoto no século IV a.C. com Éforo e Teopompo (ver pág.5).

A centralidade das Guerras Persas, que dão às *Historias* de Heródoto a aparência de um trabalho nacionalista, não deve, em todo o caso, deixar diminuir a importância (nem a prioridade cronológica, de acordo com Dionísio, *de Thuc.* 5), de outra corrente de pensamento, a da história local; baseada em registros religiosos e seculares, esta corrente é repleta de implicações políticas, embora restritas às *poleis* individuais.<sup>4</sup> Essa abordagem da história visava adquirir um aparato de estudo e fazer importantes trocas no Período Helenístico; algumas vezes ela adquiriu um caráter oficial, em especial com relação às suas preocupações com as tradições de liberdade e de independência devido ao efeito nivelador das monarquias helenísticas. Eventualmente, uma reação ao poder romano era a escrita da história local ainda mais informada. Continua sendo um problema complexo determinar a extensão na qual a história local foi utilizada pela história geral.

A história de Tucídides tem um objetivo bem diferente da de Heródoto: consiste na análise política de eventos de destacável importância, uma análise que pode ser comparada com a do autor do tratado “Sobre a *politeia* dos atenienses”; mas Tucídides é um estadista, e os eventos analisados são considerados muito mais importantes que qualquer outro ocorrido anteriormente. A análise é desenvolvida numa narrativa em que o material histórico é selecionado e organizado de acordo com uma interpretação que contribui com o objetivo básico; o leitor seria um homem de negócios que pode se beneficiar da combinação da narrativa e com a análise do historiador, ele próprio rico em experiência, por causa de similaridades ou analogias entre eventos futuros e passados, por causa da imutabilidade da natureza humana (Tuc. 1 22,4).

A inevitável referência de Tucídides à poesia épica (1 21) e mesmo o vínculo com Heródoto (cuja narrativa é obtida nos capítulos do “*Pentekontaeteia*” (1, 89-118, cobrindo de 480 a 435 a.C.) não indicam, porém, um desejo consciente de seguir um modelo ou continuar o trabalho de um predecessor. A ênfase na “unidade” de tema entre Heródoto e Tucídides e seus estudos em sequência representam uma abordagem posterior e deturpa os modos originalmente diferentes de compreender e narrar a história que os dois homens ofereceram. Está claro que Heródoto e Tucídides estão no começo de duas tradições historiográficas diferentes, mesmo se alguns empréstimos e assimilações ocorrem.

Tanto no caso de Tucídides quanto no de seus sucessores, a histórica política naturalmente se foca em eventos contemporâneos, com várias consequências para o tema deles e para seus princípios de método e interpretação. Assim, a presença tanto de eventos quanto de discursos na mesma narrativa histórica e com a mesma importância, não deve ser considerada apenas como o reflexo da prática da poesia épica; a prática em história deriva sua legitimidade e plausibilidade das formas reais do comportamento político democrático grego, onde o debate aberto era o principal modo de formação da opinião pública e da tomada de decisões. (É válido notar que o retorno do estilo clássico de Dionísio de Halicarnasso na época de Augusto a formas tradicionais de discurso marcou uma nobre tentativa de restaurar os valores da época de liberdade de antes de Alexandre.) Nesse contexto, a proximidade dos discursos para o que realmente era dito (Tuc. 122, 1) é talvez menos importante do que a significância historiográfica dos próprios discursos (ver Políbio XII 25a, 3-5 para a polêmica contra Timeu quanto a discursos inventados).<sup>5</sup> Uma consideração análoga também é válida para a vida política da República romana e justifica a presença de discursos na historiografia romana mais antiga (naturalmente seguindo modelos gregos); Dionísio os assumiu daí, mas ele também sabia bem do papel político dos discursos e seu papel analítico na história (*Antiguidades Romanas* VII 66,3). Os relatos mais acurados de discursos são encontrados em Catão, que inseriu seus próprios discursos em seus escritos históricos, garantindo, desse modo, a difusão de suas visões políticas. O público visado por Catão teria sido, entre outros, romanos e italianos de status mediano, para quem também o seu

---

<sup>4</sup> S. Gozzoli, “Una teoria antica sull’origine della storiografia greca”, *Studi Classici e Orientali* 19-20 (1970-1), 158-211; H. Verdin, “Notes sur l’attitude des historiens grecs à l’égard de la tradition locale”, *Ancient Society* 1 (1970), 183-200.

<sup>5</sup> F. W. Walbank, *Speeches in Greek Historians* (Oxford, 1965).

“Da Agricultura” foi dedicado; seus pronunciamentos hostis à nobreza devem ser entendidos em contraste a esse cenário. Nesse contexto geral, a explicação do declínio da eloquência em termos de perda de liberdade política, desenvolvida sob o Império, é perfeitamente compreensível.

A posição central de acordo com eventos contemporâneos, considerados mais importante que qualquer ocorrência anterior, teve algum efeito no fracasso do mundo grego em elaborar uma idéia de progresso material e moral, contínuo e infinito, envolvendo comunidades inteiras. A consciência de um progresso técnico e científico acompanhando as diferentes fases da civilização humana é algo muito diferente. Noções de desenvolvimento técnico ou científico, e de desenvolvimento em instituições políticas e militares, são utilizadas para interpretar o *passado*, descrever as diferentes fases da civilização humana, coincidindo, como o fizeram, com a aquisição gradual de estabilidade, segurança, riqueza e poder – para explicar a chegada ao *presente*, que é considerado como o ponto mais alto do desenvolvimento; nenhuma vez se tentou olhar além deste ponto e não há nenhuma expectativa de um crescimento futuro em poder ou de um nível cultural mais alto. Na verdade, estamos sempre de face a uma concepção de história onde a investigação histórica invariavelmente termina enfocando um problema político ou histórico contemporâneo. Em outras palavras, uma visão biológica da história leva o historiador a se considerar como estando no ponto mais alto de desenvolvimento, nunca em via ascendente, embora ocasionalmente possa estar num período de declínio. Esse tipo de análise do passado aparece na “Arqueologia” de Tucídides (12-19) e novamente, em termos gerais, no relato do surgimento e desenvolvimento do Império ateniense no século V a.C. Por sua própria natureza, essa análise não pode ser aplicada ao *futuro*, que é concebido antes como um período de decadência (como na visão de Políbio, que conhecia perfeitamente bem a natureza e extensão do desenvolvimento cultural e político de sua própria época) ou como, de alguma maneira, uma repetição de experiências humanas anteriores na história; é exatamente por essa razão que a história pode ser útil. (Alguns historiadores sustentam que a história se desenvolve em ciclos, uma teoria que obviamente acomodou a idéia de períodos de decadência no futuro).

A história como uma fonte de instrução só será possível se for escrita por um homem de negócios, expondo sua própria visão da história para outros homens de negócios. O resultado, como aparece claramente nos casos de Tucídides e Políbio, era uma limitação do assunto da história a questões políticas e militares e à história política interna de uma *polis* ou estado. Tucídides limitou a história grega ao conflito entre Atenas e Esparta; Políbio eliminou quase completamente os aspectos culturais da história. Esse tipo de história pressupõe que o historiador pertença à classe política governante, porque só assim ele pode ser competente em questões políticas e militares. O fato de alguns historiadores – Tucídides, Timeu, Políbio, Josefo – terem sido homens de negócios que foram exilados é relevante, pois o exílio pode ter aguçado sua sensibilidade histórica e ampliado seu horizonte de experiência.

A competência do historiador e do homem de negócios é o resultado do conhecimento direto e da experiência em questões militares, políticas e geográficas; como um resultado, esse tipo de história é predominantemente a história do presente e exhibe apenas um interesse limitado pelas origens de um povo ou de uma *polis*. A competência necessária não pode ser baseada apenas em teoria ou em trabalhos históricos anteriores, como é o caso de historiadores de gabinete. Uma vez que a narrativa histórica tem a função precisa de permitir uma previsão política, a demanda por verdade, a busca por causas, a preocupação com a documentação – tudo é vital para uma análise apropriada dos eventos (Políbio XII 25b; 25d-26d). Outros tipos de história obviamente colocam menos tensão sobre essas exigências. A escrita da história, então, para Tucídides e Políbio, é uma atividade a ser empreendida por homens de negócios, não como recreação, mas como um dever fundamental; para adquirir experiência política é indispensável escrever uma obra de história que, por sua vez, possa fazer parte de uma educação para políticos (Políbio XII 28, 1-5). Para Salústio, escrevendo o prefácio para *A Conjuração de Catilina*, a reflexão sobre a história é, por si só, um ato político e uma extensão da atividade política.

Por trás dessa correspondência entre historiador e homem de negócios estão tanto a teoria quanto a prática da vida política grega e romana; é-se tanto ator quanto espectador da vida política e, com isso, conhecem-na interiormente. Tucídides, Políbio, Catão, e os senadores romanos que escreveram história nos séculos II e I a.C., todos se encaixam nesse modelo. A acessibilidade da história das *poleis* gregas e da República romana está atada à franqueza da tomada de decisões que se deram em assembléias populares ou ao menos em conselhos de estado; a história resultante é uma

história de atividade política, em casa e no estrangeiro, de ação militar, de rebelião – causa, intenção e objetivo podem sempre ser conhecidos. Dificuldades insuperáveis surgem com esse tipo de história quando classes governantes, como a dos senadores romanos, perdem o poder de tomada de decisão e, conseqüentemente, também a possibilidade de conhecimento. O declínio na eloqüência política, não mais necessária quando o debate aberto desapareceu, corresponde a uma redução na importância da história; ela tem que se limitar, agora, a uma simples narração de fatos, com pouca chance de estabelecer suas causas, uma vez que agora as decisões recaem nas mãos de outros. Essa situação jaz por trás do drama político e histórico do contraste entre liberdade senatorial e poder despótico que formam o tema da história de Tácito. A mesma situação também é discutida, entretanto agora de um ponto de vista destacado, por Dião Cássio no tempo de Severo (LIII 19); para ele a diferença entre a história do Império e a história da República reside finalmente no fato de que era impossível para um historiador senatorial sob o Império penetrar nas decisões secretas do imperador, conferir e comparar as diferentes versões dos eventos, para assenhorear-se dos vastos problemas do Império (a história, como a política, era agora tridimensional). A única coisa que sobrou foi estar inacreditavelmente satisfeito com a versão oficial dos eventos e dar importância a episódios banais envolvendo o Imperador e o Senado (LXXII 18,3-4 = III, pág. 300 Boissevain).<sup>6</sup> Não foi mais possível esperar da classe governante de um império de extensão mundial a consciência moral que a nobreza senatorial retinha durante o primeiro século I d.C. A história imperial tornou-se a história dos imperadores, e continuou assim até hoje.

Vale a pena notar que, no início do século XVIII, o Conde de Boulainvilliers, defensor da função histórica e política da nobreza francesa contra os abusos do poder monárquico, dedicou-se ao tema de Dião Cássio em condições semelhantes e considerou, entre as dificuldades enfrentadas pela investigação histórica livre sob as monarquias absolutas, a da penetração no segredo das decisões reais; embora a dificuldade não fosse insuperável na França, era largamente necessário limitar-se à narrativa de eventos sem descobrir suas causas.<sup>7</sup>

A classe de homens de negócios, à qual Tucídides e Políbio pertenciam, era obviamente de tamanho limitado; mas mesmo esse grupo não era como um todo capaz de fazer uma análise histórica e política profunda e complexa. Nem era fácil manter o alto nível alcançado por Tucídides. Xenofonte, que continuou seu trabalho, é muito inferior a ele e sua abordagem interpretativa é redutora e, de fato, banal.

Por outro lado, o exemplo de Heródoto já estava disponível para indicar a possibilidade e a validade de uma abordagem histórica menos politicamente engajada, não limitada a guerras entre *poleis* e seus conflitos internos e, acima de tudo, mais variada e aberta a um círculo maior de leitores interessados na história cultural, na história de instituições e costumes, em um horizonte humano e geográfico mais amplo, leitores que buscavam na história também uma edificação moral. A história institucional, baseada numa rica documentação antiquária, frequentemente de origem local, também tornou possível os estudos sistemáticos e as generalizações sociológicas de Aristóteles e as construções antropológicas de Dicearco. A história de Éforo e, em particular, a de Teopompo, enquanto conservando uma metodologia crítica, objetivava uma audiência de leitores comuns educados e, intencionalmente, oferecia uma história da civilização ou uma história mundial com uma abordagem que ia além dos limites estreitos da própria Grécia. O modelo de Teopompo foi tomado por Dionísio de Halicarnasso na época de Augusto, abertamente crítico da história “factual” de Políbio (*epist. ad Pomp.* 6,1-8) e, em particular, polemizando contra uma concepção de história tida como uma história de ação militar (*Antiquitates Romanas* 1 8, 1-3; V 48,1).<sup>8</sup>

A antiga discussão a respeito da superioridade da história sobre a oratória epidíctica,<sup>9</sup> já sendo encontrada em Éforo e retomada por Timeu (note os comentários sarcásticos de Políbio XII 28,7-9) é,

<sup>6</sup> E. Gabba, “Sulla Storia Romana di Cassio Dione”, *Rivista Storica Italiana* 67 (1955), 325-330.

<sup>7</sup> M. de Boulainvilliers. *Lettres sur les Anciens Parlemens de France que l'on nomme Etats-Généraux* I (Londres, 1753), 1-7.

<sup>8</sup> S. Gozzoli, “Polibio e Dionigi d'Alicarnasso”, *Studia Classica e Orientalia* 25 (1976), 149-76; E. Noè, In *Ricerche di storiografia greca di età romana* (Pisa, 1979), 21-116.

<sup>9</sup> N. da T. A oratória epidíctica é o terceiro dos gêneros do discurso, que se pronuncia ante uma reunião solene, elogiando ou criticando determinado tema considerado consabido pelo orador e os ouvintes, seja acerca de uma

provavelmente, evidência de uma consciência do fato de que os dois gêneros literários tiveram um único objetivo, a formação e a instrução de uma opinião pública séria – em outras palavras, uma função pedagógica de larga escala.

Também estava clara a intenção de alguém como Dionísio realizar essa função, como tinha sido anteriormente a de Teopompo e Timeu; porque eles objetivavam não simplesmente a descrição do resultado de um evento ou o esboço da análise política que poderia sugerir, mas também a caracterização do próprio evento, como ele se desenvolveu (Dionísio, *Antiguidades Romanas* V 56,1; VII 66,2-3). A importância paradigmática de um evento e, conseqüentemente, seu valor educacional e a lição a ser dada, não dependem somente de seu resultado, mas justamente em seguir o processo inteiro: causas, comportamento daqueles envolvidos, vicissitudes mutáveis. Daí a necessidade de preencher qualquer hiato no processo, por exemplo com a introdução de discursos; estes são, é claro, inventados, mas repousam em uma hipótese necessária, dada a intuição geral do autor sobre o evento e sobre sua provável evolução em um contexto social particular. Um procedimento similar, em termos gerais, foi seguido pelos historiadores romanos que, no decorrer da escrita de seus anais, esforçaram-se com toda a seriedade em reconstruir a desconhecida fase arcaica da história romana; eles o fizeram utilizando modelos políticos e ideológicos da vida pública contemporânea, convencidos de que as instituições e os problemas eram substancialmente inalterados. (De certo modo, estavam simplesmente sustentando a noção de que a história futura seria uma repetição do passado.) O vínculo íntimo entre a história analista e a lei e a história legal (a mesma pessoa era frequentemente um historiador e um jurista) forneceu essa suposta plausibilidade.

Escrevendo deliberadamente em oposição a Políbio e tentando prover um quadro o mais completo possível, Dionísio também fez muito da parte mítica e legendária da história de Roma; ele foi tão longe a ponto de sugerir uma helenização inicial da cidade e, ao mesmo tempo, no Livro I de seu *Antiguidades Romanas*, fornecer uma síntese entre a pesquisa antiquária em instituições e a investigação histórica das origens.<sup>10</sup>

Éforo e Teopompo utilizaram um quadro mais amplo, não tanto por seguirem o exemplo de Heródoto mas por causa do declínio do poder das *poleis* gregas, que reduziu a importância da história de suas guerras. A história grega em Éforo, uma história da sucessão de diferentes hegemonias, enfrenta e prevê o fim do período das *poleis* e o aparecimento da história universal, inevitavelmente dominada pela história cultural.

Até certo ponto, a monarquia macedônica já tinha sido um elemento unificador na história grega, antes mesmo das conquistas de Alexandre; estas tinham, então, aberto novas perspectivas históricas e sugeriram tanto um conteúdo para a história no qual o exótico e o anormal predominavam quanto novos meios de atrair os leitores. O gênero da história dramática (qualquer que seja sua origem) tentou alcançar a participação emocional do leitor nas situações e nos eventos da história; isto era possível, entre outras razões, porque os horizontes sociais e culturais desse leitor eram muito mais amplos e diversos do que os dos leitores precedentes de história.<sup>11</sup> Um choque com a renascente história pragmática defendida por Políbio era inevitável. Mas também é necessário lembrar que Políbio se considerava como pertencendo a uma linha de historiadores que eram peritos e especialistas, diplomatas e generais; uma linha que vai de Nearco e Ptolomeu, generais de Alexandre, até César. (Fica claro que o argumento metodológico entre Políbio e o historiador dramático Filasco envolvia também uma cisão política entre o político aqueu, que admirava Aratus, e um historiador que admirava os reis reformadores da Esparta do século III.)

As monarquias helenísticas eram, no final, incapazes de inspirar uma visão universal de história grega, que tendia crescentemente a se concentrar na política de equilíbrio entre os grandes poderes. Políbio virou-se para Roma como o centro da história mediterrânea, seguindo a intuição precoce de Timeu que dissera que o que importava na história estava acontecendo agora no Ocidente; esta intuição também foi adotada e utilizada pelos primeiros historiadores romanos no final do século

---

peessoa, comunidade, atividade ou coisa que se quer celebrar [do grego *epideiktikós*, “que serve para mostrar”] (segundo Houaiss). Passou a ser conhecida como uma oratória ostentosa, pomposa.

<sup>10</sup> E. Gabba, “Dionigi e la ‘Storia di Roma arcaica’”, In *Actes IX Congrès Budé* I (Paris, 1975), 218-29.

<sup>11</sup> B. L. Ullman, “History and tragedy”, *TAPhA* 83 (1942), 25-53; F. W. Walbank, “Tragic history: a reconsideration”, *BICS* 2 (1955), 4-14; *idem*, “History and tragedy”, *Historia* 9 (1960), 216-34.

III a.C. apresentando Roma ao mundo grego por ocasião do conflito entre Roma e Cartago. Também é válido notar que Políbio adicionou um terceiro elemento à polaridade entre Roma e as monarquias helenísticas – uma terceira força composta pelos estados federais gregos, que se baseavam em uma fórmula política que ia além dos estreitos limites da *polis* e cujo poder mostrou o caminho para a organização dos grandes estados territoriais com base em instituições livres.

Enquanto isso, a escrita da história sob as monarquias helenísticas seguia dois caminhos, ambos carregados de significado político e ideológico.<sup>12</sup> De um lado, havia monografias sobre história política, centradas nas personalidades dos reis individuais, remanescente da tradição de Alexandre; também havia biografias, escritas para prover o novo gosto por histórias de indivíduos, contrastando com as histórias coletivas das *poleis*. Por outro lado, os estados helenísticos, para reivindicar sua própria continuidade com o passado, fizeram muitas das tradições e da história local das regiões agora sob seu controle. Maneto, no Egito, e Berossus, na Babilônia, são os melhores exemplos dessa tendência, apoiados como eram pelo poder do estado; e foi no Egito que o estado organizou a tradução para o grego das escrituras sagradas dos judeus.<sup>13</sup> Hecateu de Abdera, Megástenes e Agatárquides importaram para a pesquisa histórica a abordagem científica da análise filosófica e antropológica, naturalmente com um interesse no Oriente.<sup>14</sup> Ao mesmo tempo, os textos dos mais antigos historiadores gregos, chamados *logographoi*, eram republicados com adições, embora permanecendo com seus nomes originais; a intenção era satisfazer a demanda do público para o exótico, mas o efeito foi o de mistificar pesquisadores tardios.<sup>15</sup>

Novos gostos e novos interesses culturais correspondem, como vimos, a um mais amplo, embora não mais profundo, interesse público pela história. Extratos de histórias e antologias de escritos históricos já tinham sido publicados no século IV, seguindo um procedimento amplamente utilizado em outros campos; eles cobriram temas específicos de uma natureza extraordinária ou miraculosa, geográfica, científica ou social. Tais obras eram normalmente publicadas sob o nome do autor de quem eram feitos os excertos, apesar do fato de frequentemente ser acrescentado material suplementar, fazendo com que, agora, as obras comportassem problemas insolúveis de paternidade. A existência de antologias indica uma mudança de interesse distante da história da qual os extratos originalmente faziam parte, indo em direção à paradoxografia; esta mudança de gosto certamente corresponde às demandas culturais de camadas sociais que não tinham lido história anteriormente. Deparamos com uma linha de atividade literária da maior importância, pseudo-história popular; lado a lado com uma literatura mais refinada, persistiu por todo o período helenístico e romano. De certa maneira, seu produto final foram as biografias fantasiosas da *História Augusta* (ver pág.24), escrita para as ignorantes novas classes governantes do século IV d.C.; também para elas eram redigidos resumos da história romana.

É significativo que, no mesmo clima de literatura paradoxográfica, o “romance” nasça e se desenvolva; o romance na Antiguidade é, na verdade, uma forma de história. Antes que tomasse as vicissitudes do amor e as aventuras de pessoas desconhecidas (no século II d.C.), era um conto de situações inventadas e miraculosas nas vidas de grandes homens: Alexandre, Nino e Semírames, Aníbal. O romance histórico antigo foi o resultado de um processo de invenção livre que certamente não tinha a intenção de incluir ninguém; a paradoxografia era igualmente um gênero literário que escolheu narrar histórias estranhas e, em alguns casos, verdadeiramente inventadas junto com os nomes de autoridades alegadas; nestas histórias muitas vezes é fácil perceber implicações políticas, ligadas a tentativas grosseiras, mas eficientes de moldar a opinião pública jogando com a sua credulidade e superstição.

Em outras palavras, ao lado de histórias “elevadas” sempre havia escritos “históricos” de um tipo mais popular; as primeiras se direcionavam a uma classe superior, que era de tamanho limitado mas exercia o poder político; os últimos, contudo, não estavam menos interessados em influenciar a

---

<sup>12</sup> K. Rosen, “Politische Ziele in der fruhen hellenistischen Geshichtsschreibung”, *Hermes* 107 (1979), 460-77.

<sup>13</sup> E. J. Bickerman, “Origines gentium”, *Class. Philol.* 47 (1952), 65-81.

<sup>14</sup> S. Gozzoli, “Etnografia e politica in Agatarchide”, *Athenaeum* 56 (1978), 54-79.

<sup>15</sup> B. Virgilio, “Logografia greca e storiografia locale pseudepigraphos in età ellenistica”, *Studi Classici e Orientali* 29 (1979), 1-37.

opinião pública.<sup>16</sup> É bem conhecido, por exemplo, que em todas as guerras antigas circulavam versões polêmicas e slogans políticos entre as pessoas; também é bem conhecido que, a fim de torná-los mais autênticos, tais histórias e slogans frequentemente circulavam por centros de profecia ou eram ligados a famosos centros de cultos, e que exploravam mitos antigos e tradições sagradas. Refere-se ao papel dos chamados oráculos Sibílicos – parte eruditos, parte populares – ao menos a partir do final do século III a.C. em diante, no Oriente grego; eles eram normalmente, embora nem sempre, anti-romanos. É claro que às vezes elementos desse material penetravam na própria história. (Como comparação, podemos pensar nos clamores que figuram tão proeminentemente na obra de Tácito, que nunca são de origem popular, mas sim sugestões e opiniões originadas e desenvolvidas entre a classe mais alta, normalmente em oposição à linha oficial; às vezes os clamores são até mesmo de origem oficial.)

O principal efeito da existência do material que estou descrevendo foi tornar possível a “história” popular, com um conteúdo menos refinado e com uma propaganda mais evidente (pelo menos para nós). Pensa-se na elaboração, no contexto selêucida, de difamações anti-judaicas, que criaram toda uma literatura anti-semita, e no contra-senso anti-romano, aceito até mesmo por um historiador como Antístenes de Rodes, citado por Políbio (XVI 14) e preservado, na verdade, por um paradoxógrafo da época de Adriano.

Nem sempre é fácil fazer a distinção conceitual entre esse tipo de fantasia histórica e um trecho deliberadamente (mas com plausibilidade) falsificado introduzido em uma narrativa histórica séria. É por esta razão que um historiador do calibre de Eduard Schwartz cometeu o engano de abandonar como “romance” muitos escritos históricos gregos da época Imperial.<sup>17</sup> Esta nossa dificuldade explica porque a história pragmática de Políbio, reagindo contra a abordagem alternativa da história, está mais próxima do ideal do historiador moderno, apesar de sua limitação quanto a negócios políticos e militares. Porém, não se deve nunca perder de vista o notável e revelador fato de que a tendência para a fantasia e o escapismo existia ao lado da demanda por rigor científico, manifestado não só na história de tipo políbio, mas também na literatura erudita e técnica da época helenística.

A história de Tito Lívio, um homem de erudição e não um político, é, em certo sentido, um refúgio do ideal que via o homem de negócios e o historiador como uma única e mesma pessoa, *res gestae* e *historia rerum gestarum* como os dois lados da mesma moeda. A obra pertence principalmente à linha de história que objetiva uma educação moral, embora siga uma linha independente. Como aparece claramente no prefácio, Tito Lívio compartilhava a visão pessimista de Salústio e via o presente com ansiedade e desencantamento: nesse sentido, ele estava fora de sintonia com a época de Augusto. A diferença é que Salústio teve a intenção de examinar, como um político, aqueles momentos da história romana recente na qual a corrupção da oligarquia governante era muito mais evidente; essa corrupção era a fonte de uma doença mais grave que tinha afetado todo o corpo político. Salústio preocupou-se com a análise das causas sociais, econômicas e morais do declínio, colocando-as em um contexto antropológico mais amplo; ele não viu nenhuma saída no futuro, escrevendo em meio às guerras civis do período triunviral. Tito Lívio também não tinha sugestões concretas para resolver a crise, embora sua gravidade e escala estivessem claras para ele por detrás da fachada da restauração de Augusto. Seu pessimismo era, em certo sentido, mais profundo do que o de Salústio, uma vez que Roma já tinha emergido das guerras civis; mas o final delas, aparentemente sendo um bom prognóstico, não fez diferença na decadência que Tito Lívio observava, não do ponto de vista de um político, mas com uma nostalgia sem esperança por um passado perdido. Assim, um relato de toda a história de Roma é, para Tito Lívio, o melhor caminho para mostrar como a espetacular escalada da cidade sempre foi ajudada (e pode agora ser explicada historicamente) precisamente pela presença daqueles valores cujo desaparecimento levou à crise. Um fato histórico, a ascensão de Roma e seu declínio foi, dessa maneira, visto por Tito Lívio como um problema moral.

---

<sup>16</sup> M. Sordi (ed.), *Propaganda e persuasione occulta nell'antichità; Storiografia e propaganda; I canali della propaganda nel mondo antico* (Univ. Cattolica del S. Cuore, Mián, Contributi Istituto Storia Antica, vols. II, III, IV; Mião, 1974, 1975, 1976).

<sup>17</sup> E. Gabba, “Ed. Schwartz e la storiografia greca dell'età imperiale”, *Annali Scuola Normale Pisa* 9 (1979), 1033-49.

Claro que, obviamente, a idealização de Roma antes do começo do declínio moral e político só poderia ser visto no contexto de uma ética conservadorista; isto envolvia a exaltação das grandes virtudes cívicas, individuais e coletivas, que eram, em primeira instância, a herança da oligarquia governante e eram, por conseguinte, imitadas por todo o corpo de cidadãos. Daí, portanto, vem a instintiva aceitação por parte de Tito Lívio da ideologia senatorial; mas, ao mesmo tempo, ele estava longe de compartilhar a abordagem e o envolvimento político da história analista escrita por historiadores senatoriais (pág.10). Ao mesmo tempo, preso em seu dilema moral, estava apenas levemente preocupado com o problema do relacionamento entre o novo regime e a classe governante tradicional (à qual não pertencia); também faltou-lhe o amplo interesse imperial que se vislumbrava nos pressupostos ideológicos de seu contemporâneo Dionísio de Halicarnasso.

O retorno de Dionísio ao classicismo, cuja base teórica está colocada nos capítulos iniciais do primeiro livro de seu *De antiquis oratoribus*, é demonstrado em seus escritos históricos; tinha vários objetivos. Primeiramente e mais importante, elevou a tradição literária clássica ao ponto onde estava fragmentada, no início do período helenístico; foi um ponto unificador de referência para as classes mais altas gregas favorecidas por Roma; via no governo romano um sistema cultural e político que permitia o renascimento das verdadeiras tradições gregas. O objetivo de Dionísio era claro, embora sua convicção de que poderia ser alcançado pode ter parecido ilusória para alguns; todavia, sua abordagem cuidadosa, em um certo sentido, tornou a reflexão histórica possível para as classes superiores gregas do Império, tanto para os senadores como para os membros da burocracia imperial; eles continuaram a escrever a história de Roma e outras histórias de um ponto de vista fortemente imperial: Arriano, Apiano, Dião Cássio e Herodiano, todos foram muito além da abordagem de Tácito, confinado ao conflito entre liberdade senatorial e despotismo imperial. Dionísio também estabeleceu o esquema histórico formal adotado pela obra *Antiguidades Judaicas* de Flávio Josefo.

A posição de Josefo é peculiar por várias razões.<sup>18</sup> Ele foi uma figura de grande importância na revolta judaica de 66 d.C. e depois escreveu, nos anos 60, uma história da guerra em aramaico, agora perdida, para seus companheiros judeus que viviam na Partia, seguida por uma versão em grego para as classes mais altas da Diáspora. A intenção de Josefo era apresentar-lhes sua própria interpretação da tragédia, combinando motivos caracteristicamente judeus, como as profecias, com linhas vindas de escritos históricos gregos, especialmente os de Políbio: preocupações políticas e sociais prevalecem sobre as religiosas. Os outros escritos de Josefo pertenciam principalmente à última década do século, e havia uma boa razão para sua atividade renovada. As *Antiguidades* destinam-se intencionalmente a um público mais amplo; são uma tentativa de divulgar o mundo judaico e sua história e, acima de tudo, explicar a lógica e as circunstâncias da coexistência entre judeus e pagãos. Era um problema político; tanto para a Palestina quanto para a Diáspora era necessário caracterizar os elos entre o mundo e a cultura dos judeus e os vários poderes políticos com os quais o povo judeu tinha que viver ou pelos quais era subjugado: persas, macedônicos, ptolomeus, selêucidas e finalmente romanos. Roma é a realidade central: o respeito e o reconhecimento do seu poder e o da sua monarquia já estavam presentes no escritor judeu mais antigo, Filo (como também no autor da *Carta a Aristeas*); mas por que a necessidade de *explicar* tornou-se subitamente urgente na época de Domiciano? Seria sintoma das dúvidas e incertezas, descontentamentos e ansiedades que formariam o prelúdio à revolta da Diáspora sob Trajano? É interessante que Josefo tenha também sentido a necessidade de continuar a polêmica contra o egípcio Apiano iniciada por Filo, com uma defesa válida para sempre da cultura e religião judaicas. A polêmica foi conduzida em grande parte com argumentos de caráter grego: fontes textuais que provam, entre outras coisas, a grande antiguidade da civilização judaica em relação à grega (alguns anos mais tarde, Filo de Biblos orgulhava-se da precedência cronológica das civilizações semítica e fenícia, pág.16). Um motivo pode também ser encontrado no fato de que, duas décadas depois dos eventos, Justo de Tibérias sentiu a necessidade de atacar Josefo por suas atividades na Galiléia em 66-67 d.C., impelindo-o a tentar uma réplica, frequentemente não convincente. Tanto Justo quanto Josefo, em sua *Autobiografia*, apelam à audiência judaica da Diáspora, para quem esta antiga querela ainda tinha ou readquiria significado.

---

<sup>18</sup> P. Vidal-Naquet, *Il buon uso del tradimento. Flavio Giuseppe e la Guerra Giudaica* (trad. ital.) (Roma, 1980).

Qualquer trabalho de escrita histórica que tenha um mínimo de comprometimento político, e busque ao menos algum ideal, naturalmente tenta estabelecer sua própria abordagem interpretativa na reconstrução do passado, na escolha e elaboração dos temas e fatos, e na organização e disposição da narrativa. Alguma distorção do passado, assim, sempre acontece; sua extensão frequentemente não pode ser estabelecida na ausência de material comparativo, mas pode ser atribuída à influência do ambiente político e social do historiador, especialmente se o historiador é também um homem de negócios. Todavia, exceto para alguns poucos casos de subserviência excessiva a interesses particulares, a distorção não pode ser realmente classificada como propaganda. No que diz respeito à propaganda existente na Antiguidade, ela não era veiculada através dos escritos históricos; ao contrário, moedas, inscrições, estátuas (como as de imperadores em lugares públicos) serviam a estes fins, ou utilizavam-se produções literárias mais amplamente difundidas do que as obras históricas, tais como oráculos e (durante as guerras civis em Roma) cartas abertas, éditos de magistrados, panfletos, documentos de autenticidade variada, ou a circulação de suspeitas e rumores. A história analista romana, antes de e depois de Sila, evidentemente reflete as convicções políticas e a ideologia da nobreza senatorial e às vezes delata vestígios de conflitos dentro dessa oligarquia. A ocorrência de problemas políticos, jurídicos e religiosos simplesmente provê evidência da homogeneidade cultural dos escritos históricos sob a República. É inclusive duvidoso se a história de Veleio, admirador explícito do regime de Tibério e de Sejano, pode realmente ser chamada de propaganda, como tem, às vezes, sido feito.

Existe uma tendência de considerar como propagandista um autor que se tornou deliberadamente porta-voz de uma figura pública, disseminando e justificando as atividades e os objetivos dela. Claudiano poderia ser considerado, assim, como o propagandista de Estilício.<sup>19</sup> É um argumento importante porque, se Claudiano fosse o propagandista oficial de Estilício, seria possível envolver-se em um processo de reconstrução histórica e deslocar-se de Claudiano para os propósitos de Estilício. Também foi sugerido, em um mais extenso, mas talvez menos rigoroso, argumento que se deve levar em conta nesse contexto as tentativas, auxiliadas pela disposição humana natural de adaptar, influenciar ou direcionar a opinião pública, com a ajuda de intelectuais e por meio da organização de atividade cultural; tais tentativas, claro, relacionam-se em grande parte ao eruditamente letrado. Deste modo, idéias, argumentos, interpretações históricas e outras, todos refletindo o ponto de vista das autoridades constituídas, eram colocados em circulação, um fato do qual os historiadores que escreviam sob o Império romano já estavam cientes. A abordagem era ocasionalmente adotada por políticos no final da República, e sistematicamente sob o Império: o capítulo 21 de *The Roman Revolution*, de Sir Ronald Syme, chama-se “The organisation of opinion”. O grau em que Horácio reflete a ideologia do principado é bem conhecido<sup>20</sup>: afinal, o *Carmen Saeculare* foi comissionado pelo *princeps*. Mais tarde, Quintiliano discutiu os problemas teóricos da relação entre poder político, atividade intelectual e educação.<sup>21</sup> As funções públicas de um *rhetor*, de Dião Crisóstomo aos representantes do Segundo Movimento Sofista (ver n.40) e a Libânio e Temístios [Themistius], no século IV, são suficientemente claras; eles finalmente receberam o selo de reconhecimento oficial junto com os autores dos panegírios latinos do século IV. (Como comparação, na forma publicada do *Panegírico*, de Plínio, há traços claros de afastamento deliberado da abordagem convencional exigida pelo tema.)

Apesar de tudo isto, a influência direta do poder vigente nos escritos de história e na literatura em geral não deveria ser exagerada, seguindo as analogias do mundo moderado; similarmente, é claro, pode-se ser cético sobre a efetividade de oposição intelectual ao principado.<sup>22</sup>

Se considerarmos como um todo o que poderia ser chamado de histórias gregas e romanas profissionais, observamos que os problemas discutidos são, em grande parte, também aqueles dos modernos historiadores da Antiguidade; nem a observação não é tão banal quanto se poderia supor à primeira vista. O relacionamento entre o mundo grego e o Oriente nos períodos Arcaico e Clássico; o aparecimento e desenvolvimento do Império ateniense; o declínio das *poleis* e a emergência das

<sup>19</sup> A. Cameron, *Claudian. Poetry and Propaganda at the Court of Honorius* (Oxford, 1970).

<sup>20</sup> A. La Penna, *Orazio e l'ideologia Del Principato* (Turim, 1963).

<sup>21</sup> I. Lana, *Studi sul pensiero politico antico* (Nápoles, 1973), 427 ss.

<sup>22</sup> M. I. Finley, “Censura nell’antichità classica”, *Belfagor* 32 (1977), 605-622.

monarquias; a expansão grega no Oriente; a helenização do Oriente; a escalada de Roma e as razões para sua expansão; as causas das guerras civis na Itália; a crise da República e o estabelecimento do principado; o dramático colapso do judaísmo palestino; a transição do principado à dominação; o declínio do Império no século IV; de Heródoto a Amiano Marcelino, os problemas desenvolvidos pelos historiadores na Antiguidade são em grande parte nossos problemas também, apesar das diferenças na perspectiva e abordagem e das soluções diferentes. A interpretação da história em Eusébio, já encontrada em Melito de Sardes no século II, considera toda a história pagã até Augusto como o processo indispensável por meio do qual o mundo foi unido em preparação para a vinda de Cristo; esta interpretação dominou a análise histórica e política no Ocidente medieval. Semelhantemente, uma visão universalista da história antiga, que sustenta o trabalho de Orósio, agrada a uma audiência mais ampla do que aquela do início do século V e, em seu devido tempo, junto com *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, influenciou o “Discours sur l'histoire universelle”, de Bossuet.

Pode-se aceitar que a coincidência que observamos é, em grande parte, o resultado do fato de que os temas que nos interessam na verdade derivam daqueles da história na Antiguidade; também é verdade, no entanto, que alguns problemas que eram centrais na Antiguidade não têm nenhum interesse agora: o problema das origens de Roma, na forma como era colocado na Antiguidade, para nós é simplesmente um problema historiográfico. Agora as origens de Roma são investigadas, em primeiro lugar, com ajuda da Arqueologia e da Antropologia, mesmo quando alguns dos resultados realmente confirmam a tradição literária.

Não há nenhuma dúvida de que a história na Antiguidade, no contexto dos problemas que ela analisava, favorecia questões políticas, militares e institucionais. Questiona-se, entretanto, se questões econômicas estão realmente totalmente ausentes. Pode-se responder tanto sim quanto não. Em nosso entendimento do termo, elas estão ausentes: nunca se encontram fatores econômicos no centro da análise histórica ou como o elemento central na interpretação histórica; nem mesmo um tratamento independente de mudança econômica. Por outro lado, um escritor como Políbio sabia muito bem que um estado necessitava da capacidade econômica para sustentar seus objetivos hegemônicos, e que fatores econômicos tinham seu papel na história política. Flávio Josefo notou as causas sociais e econômicas da Revolta Judaica, embora sua perspectiva não fosse econômica. No seu relato sobre a civilização humana, Tucídides mostrou que fatores econômicos (comércio, acumulação de riqueza, construção de cidades) eram fundamentais e governavam o processo histórico. Deixando de lado seu relato moralista dos efeitos corrosivos da riqueza, Salústio estava bem ciente do efeito decisivo dos fatores econômicos na crise da República. Se se observam cuidadosamente as histórias analistas escritas depois de Sila, percebe-se que, na sua reconstrução da sociedade romana inicial, naturalmente baseada em analogias contemporâneas, o problema da terra está no primeiro plano; encontra-se um particular interesse na origem e desenvolvimento das grandes propriedades e na mudança de uso do *ager publicus*.

Não existe nada deste tipo nos relatos históricos gregos, apesar do fato de que problemas de terras frequentemente sejam a questão principal na história da Grécia. A tradição preservada por Apiano sobre a crise dos Gracos pertence à esfera romana; atribui grande importância aos fatores econômico e social (declínio do campesinato, novas formas de exploração do solo, empobrecimento rural), embora inseridos em uma estrutura política. Apiano estava igualmente ciente que o conhecimento do potencial econômico do Império era essencial para um relato histórico dele e dedicou uma monografia especial ao assunto (Praef. 61).

Saindo do campo do relato histórico, onde encontramos peças dispersas de informação sobre história econômica, encontram-se em Xenofonte e Aristóteles algumas análises específicas de problemas de economia e história econômica; elas, porém, não vão além de observações gerais, por um lado, e de sugestões práticas, por outro, sem realmente atingir o status de uma teoria técnica. Semelhantemente, análises filosóficas do valor e uso da riqueza, às vezes em tratados separados, são mais informativos sobre atitudes mentais do que sobre fatores econômicos.

Resumindo: os diferentes tipos de história na Antiguidade visavam diferentes leitores, tinham diferentes objetivos, eram compostos de acordo com diferentes princípios. É este fato, em primeiro lugar, que determina a variação de valor e significado das obras de história gregas e romanas. Mesmo a informação preservada em um único gênero histórico é frequentemente de valor bastante variável; os critérios de escolha de cada historiador devem ser individualmente estabelecidos. Coisas que

parecem ser da maior importância para nós podem ter sido deixadas de fora por um historiador de mais alta qualidade como irrelevantes à sua abordagem interpretativa, uma abordagem que nós devemos entender e avaliar. Informações também eram algumas vezes omitidas porque não se ajustavam à visão patriótica do autor ou porque as consequências políticas eram simplesmente inimagináveis. Assim, nós sabemos da captura do Capitólio pelos gauleses através de algumas linhas de Sílio Itálico (*Púnica* I 525ss., IV 150ss., VI 655ss.), embora talvez ocorresse em Ênio (*Anais* 164-5 V); não há nenhum traço nos relatos analistas padrões que ofereçam uma versão muito diferente<sup>23</sup>. Similarmente, a tradição de que Roma de fato se rendeu a Porsena não aparece antes de Plínio e Tácito (*HN* XXXIV 139; *Hist.* III 72). Um exemplo da segunda possibilidade pode ser encontrado na tradição de uma distribuição igual de duas jeiras<sup>24</sup> de terra a cada cidadão por Rômulo quando a cidade foi fundada<sup>25</sup>; esta tradição é conhecida por nós através de fontes antiquárias e da literatura técnica sobre agrimensura, mas não ocorre nas versões analistas, que não poderiam ter explicado como esta igualdade original relacionava-se à igualmente original divisão do corpo de cidadãos em patrícios e plebeus, de riquezas enormemente diferentes.

Muitas coisas são ignoradas pelos historiadores de eventos contemporâneos como obviamente é sabido por seus leitores. Assim, um escritor antigo das técnicas militares lamentava o fato de os historiadores de épocas mais antigas, eles mesmos interessados apenas em guerras, terem deixado de fora muitos detalhes potencialmente interessantes para a posteridade. Esta ausência era acentuada precisamente pelo esmagador interesse dos historiadores em questões contemporâneas. Outra vez, uma visão exaltada da história excluía algumas questões como sendo aparentemente impróprias à dignidade do assunto.

Um escritor antigo que tratava da teoria historiográfica, que pregava que o dever exclusivo do historiador era “dizer exatamente como as coisas aconteceram” (Luciano, *De como escrever história* 39; Ranke quase certamente derivou seu dito dele), estava certo em insistir, acima de tudo, na necessidade de imparcialidade e independência de um historiador; mas não se deve perder a ironia e a estranheza da comparação de Luciano entre o repentino florescimento de histórias “populares” e romanceadas, inclusive com suas pretensões literárias, e o magnífico modelo tucidideano, direcionado a cidadãos envolvidos na atividade política. Seria igualmente estranho comparar o conteúdo e método histórico de *A Guerra da Hispânia* e *Da Guerra Civil*, de César: o primeiro é um vigoroso e ingênuo produto de um oficial de César; evidência notável de sua ideologia e de seu código moral, o último é uma obra de arte, destinado a fins políticos elevados.

Além disso, objetividade, mesmo se alcançada, estava sempre fechada dentro da narração de uma sequência escolhida de fatos; esta escolha correspondia a uma perspectiva estabelecida e era, ela mesma, um ato de interpretação. De qualquer forma, sabemos quão difícil é fazer a distinção entre fatos e suas interpretações, que são, para nós, fatos adicionais. Naturalmente, é razoável, para um estudioso moderno, examinar, como e quando necessário, as fontes de um historiador antigo; a pesquisa envolvida é legitimada, na medida em que nos traz mais próximos a uma fonte contemporânea aos eventos descritos ou, ao menos, recria uma fonte mais antiga. Mas o ponto principal é que a crítica da fonte nos permite estabelecer os caminhos pelos quais pensamento e interpretação são influenciados e desenvolvidos. As mudanças feitas em uma fonte mais antiga revelam a emergência de novos valores; a própria escolha de fontes por um autor pode ser da maior relevância. Por que Fábio Pictor, ao lidar com a tradição relativa ao fundador de sua própria cidade, segue, ou pelo menos cita, um obscuro historiador local da época helenística, Diocles de Pepareto, quando é provável que ele conhecesse uma tradição indígena? A resposta deverá ser buscada nas intenções do primeiro historiador romano, escrevendo em grego, para gregos, a história da sua cidade.

## Homero

O peculiar valor educacional e cultural dos poemas homéricos para o mundo grego em todos os períodos resultou do fato de venerarem toda sabedoria acumulada de uma cultura; naturalmente, as

<sup>23</sup> O. Skutsch, “The Fall of the Capitol”, *JRS* 43 (1953), 77-9.

<sup>24</sup> N. da T. *Jugerum*, medida agrária romana equivalente a cerca de 2500 m<sup>2</sup>.

<sup>25</sup> E. Gabba, “Per la tradizione dell’*heredium* romuleo”, *Rend. Ist. Lombardo* 112 (1978), 250-8.

posturas diante dos poemas variavam de um período para outro. Além disso, nem todo o mundo na Antiguidade aceitava a avaliação convencional dos poemas: Xenófanes criticou Homero e Hesíodo por apresentar os deuses com todos os vícios dos seres humanos (Fr. II Diels-Kranz), e Platão desejou excluir toda a poesia, incluindo Homero, de seu estado ideal, apesar de reconhecer o alcance da de Homero como “o educador da Grécia, e que é digno de se tomar por modelo no que toca a administração e a educação humana” (*República* 606e-607a). Do ponto de vista historiográfico, de até maior importância é o debate que surgiu no mundo instruído da época helenística sobre o valor da informação em Homero sobre a geografia e (implicitamente) a história inicial do mundo grego e do Mediterrâneo. Este debate nos é conhecido, essencialmente, a partir do primeiro livro da *Geografia*, de Estrabão, escrito sob Augusto e Tibério; o livro é dedicado à longa polêmica estendida contra Eratóstenes, que afirmava que o poeta não tinha nenhuma intenção didática e, por conseguinte, nenhuma preocupação com acuidade científica e técnica: sua única intenção era entreter, e era impossível encontrar alguma informação correta na fantasia narrativa de Homero, ainda que *algum* conhecimento geográfico preciso exista por trás. A existência de pedaços de verdade histórica e geográfica em Homero, mesmo se cercados por passagens de livre invenção, já tinha sido reconhecida por Políbio (III 2,1-4,8; ver F. W. Walbank, *Commentary* III, pp. 577-87). Estrabão, em seguida, deu um extensivo tratamento teórico a esta visão, defendendo até o último detalhe a veracidade de Homero; esta abordagem carrega consigo não apenas a crença na historicidade dos dois eventos que formam os temas dos poemas, a Guerra de Tróia e as viagens de Odisseu, mas também na realidade geográfica, topográfica e histórica dos eventos, lugares e áreas. Estrabão atribui a Homero profundo conhecimento e experiência científica, enquanto lhe permite uma certa liberdade em ajustar a posição dos povos e lugares e uma certa margem para o embelezamento poético (Estrabão I 1,1-10; 1,1ss.). Estrabão está bem ciente do fato de que diferentes teorias foram propostas para as andanças de Odisseu e sobre suas localizações, mesmo por aqueles convencidos da substancial historicidade da narrativa; mas mais importante, porque revela a importância ideológica da defesa da veracidade de Homero, é o comentário em I 2,8 sobre os valores políticos e educacionais de uma narrativa inventada, demonstrando que tinha um propósito social ou político e tendia para a história. Tal narrativa pertencia a um estágio cultural anterior ao desenvolvimento da história e da filosofia, ambas de apelo limitado, enquanto a poesia era uma realização do povo, como emersa da existência de peças em versos e do até mais extenso conhecimento de Homero entre as pessoas comuns. Apesar de sua época, o raciocínio de Estrabão revela uma atitude que foi decisiva para o modo como os gregos reconstruíam seu passado e pelo modo no qual sua abordagem de análise histórica seguia o modelo homérico para o entendimento da história e para a representação de seu desdobramento.

O argumento de Estrabão chama a atenção para o valor político colocado na geografia da Grécia, ou pelo menos para a íntima conexão entre exploração geográfica e o exercício de poder político, tão evidente para Estrabão (I 2,1) como tinha sido para Políbio (XXXIV 5,7 por sua crítica a Píteas), Agatárquides, Posidônio<sup>26</sup> e Alexandre Polístor. O fato de o maior geógrafo da época de Augusto poder reafirmar as reivindicações anteriores de Homero como sendo um geógrafo, obviamente implica a reafirmação dos valores da tradição clássica, da mesma maneira e ao mesmo tempo em que Dionísio de Halicarnasso estava expondo sua visão sobre oratória (pág.9).

A aceitação de Homero como uma fonte histórica e a associação direta ou indireta do conjunto de mitos e lendas gregos com o mundo homérico significavam que mitos e lendas eram geralmente aceitos como parte dos primórdios da história grega e forneciam uma estrutura detalhada para ela. Nem mesmo Tucídides foi capaz de dissociar-se deste ponto de vista, tanto aceitando a realidade histórica da Guerra de Tróia, como utilizando os dados da poesia épica como evidência para sua reconstrução do desenvolvimento da civilização na Grécia. No campo das idéias, os poemas homéricos, especialmente a *Ilíada*, e a visão histórica neles preservada foram da maior importância na promoção do desenvolvimento do sentimento nacional grego (mais tarde explorado por Isócrates), embora não seja possível sustentar que tal senso estivesse por detrás de suas composições.

Quanto à *Odisséia*, o problema da localização e identificação dos lugares mencionados tem sido o tema de um longo debate nos tempos modernos (com alguns estudiosos até mesmo imaginando

---

<sup>26</sup> A. Momigliano, *Alien Wisdom. The limits of Hellenization* (Cambridge, 1975), 22ss. [Edição brasileira: *Os Limites da Helenização*. Trad. Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.]

a existência de um *periplous*<sup>27</sup> fenício anterior), um debate que ainda continua, mesmo se seus termos sejam agora mais concretos e envolvam o processo de colonização grega no Mediterrâneo Oriental e Central e, especialmente, da Sicília e da Magna Grécia (sem mencionar as tentativas de localizar lugares e eventos relacionados ao mito dos argonautas).

De fato, no que nos diz respeito, o significado principal da epopéia homérica para o estudo da história está na natureza problemática de sua composição. Este não é o lugar sequer para um relato breve das complexidades da origem da épica: o longo processo de composição, inicialmente oral, mas eventualmente influenciado pela adoção da escrita na Grécia e o desenvolvimento literário de poetas e audiências; o processo de transmissão, também oral, e as sucessivas modificações dos poemas como resultado; a técnica de repetição de fórmulas; problemas de linguagem; problemas de publicação. Estas e outras questões deste tipo naturalmente levantam problemas de cronologia que não são fáceis de resolver e que envolvem problemas de método. A maneira como os poemas foram compostos durante um longo período envolve, inicialmente, a presunção, fácil de se verificar, da existência de muitos momentos precisos de grande atividade criativa. O problema, então, surge – e é isto que interessa aos historiadores – da unidade e da historicidade da sociedade descrita nos poemas homéricos; isto é, se os poemas se referem a um único período histórico e, neste caso, a qual? De fato, a análise da cultura material e das instituições econômicas e sociais dos poemas permite tanto a rejeição da hipótese unitária quanto a separação do mundo aristocrático e guerreiro da *Ilíada* do mundo de Odisseu, mais desenvolvido, aberto ao mar e ao Ocidente, marcado por elementos mercantis e individualistas; dois sistemas sociais diferentes foram justapostos. Esta justaposição é certamente artificial e as origens dos dois sistemas devem ser buscadas em diferentes situações históricas. Comparações com evidências externas, especialmente arqueológicas, parecem, à primeira vista, colocar os dois sistemas no período Micênico Tardio, por um lado, e na época do “poeta” pouco antes de 700 a.C., aparentemente com a deliberada exclusão de material oriundo do período intermediário.

Esta abordagem interpretativa permite rejeitar como metodologicamente falsa qualquer teoria envolvendo uma análise global do mundo “homérico”. Mas a decifração da escrita Linear B em tabletas micênicas coloca o problema do relacionamento entre os mundos micênico e “homérico”. Aqui também se deve começar pela observação de que a ligação de passagens, frases ou palavras individuais dos poemas com os dados contidos nas tabletas nunca pode conduzir a conclusões gerais válidas para os poemas como um todo; o processo é, de qualquer forma, dúbio, uma vez que as tabletas são o produto de uma administração burocrática, completamente diferente da classe social que forma a trama da épica. Isto não significa, é claro, que não exista nada nos fragmentos épicos micênicos remanescentes que não possa ser seguramente identificado, ou que não se possa *comparar* o quadro apresentado pelos poemas com o quadro que emerge das tabletas. Neste ponto deve-se observar que a formação da épica na chamada Idade das Trevas produziu um cenário de uma longínqua época heróica cujos eventos e personalidades eram nostalgicamente evocados como sobre-humanos. Essa evocação poética do passado finalmente suplantou a memória real dos eventos, menos notáveis em todos os aspectos. O processo de evocação também investiu o passado com um aspecto primitivo, bastante diferente do altamente organizado mundo micênico que emerge das tabletas. Em outras palavras, uma interpretação como a de M. I. Finley pode ser amplamente aceita, apesar de criticada: uma comparação entre os mundos micênico e “homérico” mostra que houve uma completa ruptura entre o mundo micênico e as épocas posteriores e que Homero não é nenhum guia para o primeiro.

Colocando em diferentes termos a questão de Eratóstenes, se Homero poderia ser usado como uma fonte histórica, e ampliando o que sabemos sobre composição oral a partir da evidência comparativa, podemos legitimamente perguntar em que extensão a peça central do épico, a Guerra de Tróia, foi um evento histórico; isto é, pode tal evento ser *lembrado*, na sua essência, por gerações, sem as mudanças, exageros, distorções, falsificações facilmente documentados em outras esferas? É impossível para a Arqueologia confirmar um evento histórico tal como a guerra dos gregos contra Tróia; o mesmo é verdade, *a fortiori*, para as tabletas micênicas; o fato de a historicidade da guerra ser aceita na Antiguidade não ajuda, uma vez que os antigos se confrontavam com uma tradição inabalável. Em todo caso, o conjunto da tradição da guerra não era totalmente aceito, tais como suas

---

<sup>27</sup> N.da T. Périplo, de *peri* (em torno) *plous* (navegação).

causas e resultado; junto com Eratóstenes está Dião de Prusa. Ele sustentou a visão paradoxal de que a responsabilidade pela guerra é dos gregos (ver *Oratio Troiana* (XI), I, pp. 115-154 von Arnim); que os troianos realmente venceram; e que eles então enviaram os homens que povoaram o Ocidente (incluindo Enéias). Dião insistia na função cumprida pela história troiana em despertar o sentimento pan-helênico no tempo das guerras persas. Esta função já não existia sob o Império romano, e como resultado Dião sentia-se capaz, ao menos, de estabelecer a verdade. O desencanto de Dião com a tradição homérica é acompanhado pela seriedade de abordagem e por um objetivo pró-romano.<sup>28</sup>

Algum suporte para a noção de envolvimento grego em incidentes asiáticos, no final do segundo milênio, tem sido buscado em uma conexão entre os “aqueus” do épico e a terra chamada de “Ahhijawa” em documentos hititas; mas, uma vez mais, nenhuma confirmação pode ser encontrada para o incidente específico da Guerra de Tróia, mesmo se alguma participação geral de elementos gregos em episódios belicosos na Ásia (talvez em conexão com uma invasão do Norte?) produzisse a noção de uma expedição principal, como apresentada na *Ilíada* e na *Odisséia*.

A busca por elementos micênicos nos poemas homéricos produziu resultados interessantes em vários campos – linguagem, costume social, conceitos, cultura material – mas nenhuma conclusão geral pode ser traçada. Parece até mesmo que, em alguns casos, memórias de períodos micênicos anteriores foram preservados, antes do século XII: são os casos do famoso elmo ornado com presas de javali – *Ilíada* X 261 ss. – e o escudo em forma de torre de Ajax, que cobria todo o seu corpo e era muito diferente de um escudo normal. O próprio Ajax parece originar-se de um contexto muito antigo e não aparece no Catálogo de Navios. Assim, a noção de elementos primitivos que foram preservados embutidos em estratos mais tardios é confirmada, como assim o foi, ao mesmo tempo, o núcleo micênico nos poemas. Uma visão amplamente sustentada vai além e considera o Catálogo de Navios e o Catálogo dos Troianos como remanescentes micênicos. Se isto fosse verdade com relação ao primeiro, seria um documento notável de ação unida do mundo grego contra Tróia e provê importante evidência da extensão do conhecimento geográfico, uma vez que os epítetos vinculados aos diferentes lugares não parecem ser formulars, mas antes precisos. Não há dúvida de que o Catálogo de Navios não adequa sua estrutura à *Ilíada*: não faz sentido providenciar uma descrição geral dos gregos em Tróia em um estágio avançado da guerra; há várias discrepâncias com o resto do poema; e há omissões. O Catálogo parece, assim, ter sido composto e transmitido separadamente e inserido na *Ilíada* em um momento tardio. Os esforços para datá-lo têm sido baseados em tentativas de identificação de lugares e povos mencionados nele, com pouca perspectiva de sucesso, uma vez que muitos eram já desconhecidos dos estudiosos do período helenístico. O caráter micênico da lista é uma hipótese feita com base no fato de que todos os lugares identificáveis eram habitados no período micênico; alguns foram destruídos no final deste período e não foram reocupados; alguns perderam sua autonomia depois do início do século VII a.C. (o último momento provável para a inserção do Catálogo na *Ilíada*). Mas deve ser dito que, por impressionantes que sejam, os argumentos arqueológicos não são decisivos e podem, de fato, ter permanecido em suas mentes; lembranças fragmentadas de uma época mais antiga podem ter sido deliberadamente inseridas nos poemas. Além disso, não há como decidir se a intenção do Catálogo era descrever um presente real ou uma situação passada, ou criar uma reconstrução mais ou menos arcaizante.

Dificuldades ainda maiores surgem com os detalhes políticos, tais como os reinos de Agamenão, Aquiles e Odisseu, descritos em termos bastante diferentes no Catálogo e no resto da *Ilíada*; com Pilos, existe o problema do conflito entre o Catálogo e as tabletas. Oposta à visão que considera o Catálogo como a descrição de uma situação que desapareceu com o fim da civilização micênica, está outra visão que procura mostrar que o Catálogo se ajusta às divisões da Grécia Arcaica (embora não para a Tessália ou Ítaca). Por um lado, teríamos um Catálogo baseado em um documento micênico (uma lista militar, uma lista geográfica ou uma lista baseada em memórias aquéias da expedição), transmitida oralmente e um tanto modificada através dos séculos; por outro, teríamos um Catálogo baseado em um livro-guia anterior, do século VII, talvez publicado em Delfos por enviados sacros anunciando os festivais, listando seus anfitriões. Um argumento para a origem délfica é a alegada similaridade entre epítetos relacionados a diferentes lugares no Catálogo e o estilo do oráculo. Esta última teoria, proposta por A. Giovannini, ao menos tem sucesso em prover uma explicação parcial para a ordem na qual os lugares aparecem, começando estranhamente pela Beócia.

---

<sup>28</sup> P. Desideri, *Dione di Prusa. Un intellettuale greco nell'Impero Romano* (Florença, 1979), 431-4, 465-8.

O problema está longe da solução e exemplifica com perfeição as dificuldades envolvidas no uso do que, para os antigos, era historicamente a parte mais importante da *Ilíada*. A posição do Catálogo dos Troianos é similar, complicada por hipóteses envolvendo comparações com textos hititas. Não podemos estar certos se a falta de conhecimento de algo além da costa da Ásia Menor é resultado da ignorância no mundo micênico ou do ainda limitado conhecimento que os gregos possuíam da época colonial.

Entretanto, se separarmos a pesquisa sobre os poemas homéricos da pesquisa sobre a realidade histórica dos eventos descritos, o uso histórico dos poemas é mais seguro e lucrativo quando diz respeito à análise de aspectos de família, vida política e social, instituições e normas, princípios éticos, comportamento religioso, cultura material, fatores econômicos; as semelhanças nos poemas são particularmente reveladoras.<sup>29</sup>

### Poesia grega antiga

O mundo que emerge das obras de Hesíodo, pertencente ao início do século VII, já é muito diferente do mundo de Odisseu, mesmo se alguns elementos de continuidade mostrem como as coisas se desenvolveram. Em contraste à épica, amplamente impessoal, Hesíodo apresenta sua própria personalidade – com elementos autobiográficos que possuem uma clara referência espacial, temporal e social – suas próprias idéias e seus próprios sentimentos: estamos indo claramente em direção à poesia lírica (pág.17) e ao seu marcante individualismo. A sociedade de Hesíodo pode ser caracterizada em termos econômicos e culturais que são claros e muito diferentes daquela relatada nos poemas de Homero. Ao lado das grandes propriedades de terras da aristocracia, existiam propriedades campesinas de pequena escala; e, mesmo se normas institucionais e jurídicas ainda não tivessem sido desenvolvidas, o problema da alienação da terra está presente e podemos notar a existência de problemas sociais complexos, sem dúvida relacionados ao início do movimento de colonização e renunciando as tensões da época de Sólon. Ao lado da auto-suficiência da produção agrícola, em Hesíodo, também existe atividade comercial, complementar à agricultura e integrada a ela, embutida na venda do excedente agrícola. Comércio, em Hesíodo, é uma fase de comércio aristocrático, similar ao comércio que aparece nos poemas homéricos; isto é inclusive um dos fatores que separam os mundos dos poemas da própria idade heróica. (Em um período posterior, o comércio no mundo grego se tornará amplamente autônomo.) É importante notar que ao se ler *Os Trabalhos e os Dias*, de Hesíodo, em seu contexto econômico e social, eles são relevantes para um mundo muito mais vasto do que o da Beócia – mais próximo ao de Cyme, na Ásia, de onde a família de Hesíodo deriva.<sup>30</sup>

A mesma abertura de horizontes culturais também aparece na *Teogonia*. A cosmologia de Hesíodo, especialmente à luz da descoberta do épico hitita de Kumarbi (de origem hurrita, de meados do segundo milênio), é claramente influenciada por empréstimos orientais. Este fato significa que os estudiosos tiveram de reconsiderar o problema da influência e dos empréstimos orientais nos

---

<sup>29</sup> *Archaeologia Homerica*, eds. F. Matz e H.-G. Buchholtz (Göttingen, 1967 em diante); C. M. Bowra, *Heroic Poetry*, (Londres, 1952); O. Carruba, “Ahhijawa e altri nomi di popoli e di paesi dell’Anatolia Occidentale”, *Athenaeum* 42 (1964), 269-98; *A Companion to Homer*, edd. A. J. B. Wace and F. H. Stubbings (Londres, 1962); P. de Fidio, “Le categorie sociali e professionali del mondo omerico”, *Annali Istituto Ital. Studi Storici* 2 (1970), 1-71; M. I. Finley, *The World of Odysseus* (Londres, 1978); *idem*, “Homer and Mycenae”, *Historia* 6 (1957), 133-59; *idem*, “The Trojan War”, *JHS* 84 (1964), 1-9; A. Giovannini, *Etude historique sur les origines du Catalogue des vaisseaux* (Berna, 1969); E. A. Havelock, *Preface to Plato* (Cambridge, Mass., 1963); G. Jachmann, *Der Homerische Schiffskatalog und die Ilias* (Colônia, 1958); G. S. Kirk, *The Songs of Homer* (Cambridge, 1962); H. L. Lorimer, *Homer and the Monuments* (Oxford, 1950); A. Mele, *Società e lavoro nei poemi omerici*, (Nápoles, 1968); D. L. Page, *The Homeric Odyssey*, (Oxford, 1955); *idem*, *History and Homeric Iliad* (Berkeley e Los Angeles, 1959); R. H. Simpson and J. F. Lazenby, *The Catalogue of the Ships in Homer’s Iliad* (Oxford, 1970); A. M. Snodgrass, *The Dark Age of Greece* (Edimburgo, 1971); *idem*, “An historical Homeric society?” *JHS* 94 (1974), 114-25.

<sup>30</sup> Ed. Will, “Aux origines du régime foncier grec. Homère, Hésiode et l’arrière-plan Mycénien”, *Revue des Etudes Grecques* 59 (1957), 5-50; M. Detienne, *Crise agraire et attitude religieuse chez Hésiode* (Brussels, 1963); A. Mele, *Il commercio Greco arcaico. Prexis ed emporie* (Nápoles, 1979).

primórdios da filosofia e da história grega e na atividade literária relacionada a elas.<sup>31</sup> É válido lembrar que precisamente este mesmo problema foi levantado, no início do século II d.C., na “História Fenícia” de Filo de Biblos (pág.9), que argumentou que a *Teogonia* era uma tradução grega de Sanchuniathon, que viveu antes da Guerra de Tróia. Mais adiante, Dionísio de Halicarnasso considerou a adoção, na história, de formas características de registros de templo, elas próprias consideradas de origem fenícia, como estando na origem da história local grega.

De uma forma diversa, com Hesíodo houve a emergência da personalidade do poeta e de seu próprio processo mental, junto com a centralidade em sua própria experiência social, claramente refletida na nova demanda pela “verdade”, indo além da confiança na inspiração das Musas, que estavam, é claro, presentes em todos os lugares e assim podiam prover informações verídicas. Hesíodo, no entanto, sabia que as Musas podiam também fornecer informações falsas, embora plausíveis (*Teogonia* 27-8). Esse recente desenvolvimento da sensibilidade crítica envolve uma distinção entre verdade e falsidade como um princípio de conhecimento e é a premissa necessária da análise crítica, histórica.<sup>32</sup>

O caso de Hesíodo é, em um certo sentido, paradigmático das possibilidades oferecidas pela leitura de uma obra literária com questões históricas em mente – seus poemas não são históricos e nem mesmo têm interesse pelos problemas de caráter político. O exercício é ainda mais importante neste caso, uma vez que não há narrativas históricas detalhadas para este período, enquanto o texto de Hesíodo nos permite compreender problemas políticos e sociais complexos. Outros textos literários podem também casualmente preservar informações ou dados que não seria possível conhecer de outra maneira. Assim, uma tentativa dos romanos de colonizar Córsega é relatada na *Historia Plantarum* [*História das Plantas*], de Teofrasto (V 8,1); a informação é agora geralmente tida como confiável e o fato é relacionado ao que é conhecido dos mundos romano e etrusco dos séculos V e IV a.C. Em uma história de amor grega, a *Ethiopica* [*Os Etíopes*], de Heliodoro, provavelmente do século III d.C. aparece uma das descrições mais realistas de uma cavalaria fortemente armada (IX 15,6). Os exemplos podem ser facilmente multiplicados. Inclusive, um texto pode fazer alusão a algo com que não tem relação; um leitor antigo teria imediatamente reconhecido a alusão, um leitor moderno atento pode não necessariamente recuperar a alusão precisa, mas, ao menos, recuperará seu contexto. Assim, dois frívolos poemas de Catulo (114 e 115), sobre um notório oficial de César, Mamurra, permitem reconstruir uma página da história agrária do final da República.<sup>33</sup>

Usualmente, o mundo da poesia lírica, seja grego ou romano, exatamente por caracterizar-se pela auto-asserção e ser cheio de referências a situações individuais e particulares, fornece ao pesquisador moderno uma boa chance de vislumbrar as linhas gerais das situações históricas, locais e universais: os fragmentos de Alceu são a fonte mais importante para a história interna de Lesbos no século VI a.C. Uma passagem dele é a única evidência contemporânea grega para a campanha de Nabucodonossor na Síria-Palestina no início do século VI a.C.: o irmão de Alceu, Antimênidas, deve ter tomado parte nela como um mercenário (de fato, existe uma menção à cidade de Ascalão).<sup>34</sup>

Convém observar, de passagem, que a utilização histórica de textos poéticos, além de (naturalmente) os de Homero, também era conhecida na Antiguidade. Assim, Calino foi utilizado por Estrabão quando tratou da invasão cimérica da Ásia Menor no século VII e mais comumente para a geografia da região (Fr. 2, 3, 5, 7 Oeste). Tirteu foi utilizado para a história espartana, inicialmente por Aristóteles e depois por Estrabão, Plutarco e Pausânias;<sup>35</sup> estudiosos modernos, é claro, podem não concordar com as interpretações dos antigos. Em todo caso, o valor dos textos de Tirteu e de

---

<sup>31</sup> P. Walcot “Hesiod and the didactic literature of the Near East”, *Revue des Etudes Grecques* 75 (1962), 13-36; G. Arrighetti, “Cosmologia mitica di Omero e Esiodo”, *Studi Classici e Orientali* 15 (1966), 1-60; M. L. West, *Early Greek Philosophy and the Orient* (Oxford, 1971).

<sup>32</sup> S. Accamé, “L’invocazione alla Musa e la ‘verità’ in Omero e in Esiodo”, *Rivista Filol. Istr. Class.* 91 (1963), 257-81, 385-415; *idem*, “L’ispirazione della Musa e gli albori della critica storica nell’età arcaica”, *Rivista Filol. Istr. Class.* 92 (1964), 129-56, 257-87.

<sup>33</sup> P. Harvey, “Catullus 114-115; Mentula, *bonus agricola*”, *Historia* 28 (1979), 329-45.

<sup>34</sup> D. Page, *Sappho and Alcaeus. Na introduction to the study of ancient Lesbian poetry.* (Oxford, 1955), 149-243; para Ascalão: B 16 (Lobel e Page, *Poetarum Lesbiorum Fragmenta*, 1955).

<sup>35</sup> U. Cozzoli, *Proprietà fondiaria ed esercito nello stato spartano dell’età clássica* (Roma, 1979), 34-5.

Alcman para a história interna de Esparta no período arcaico, bem como para a sua história política e militar, antes de a comunidade voltar-se para si mesma no século VI a.C., é notável.

Os problemas tornam-se complexos no caso de um poeta que tinha uma linha política específica a seguir e, por isso, visava um público maior do que o de uma poesia lírica normal: Sólon é um desses casos, que também é relevante para as técnicas antigas de escrever história. Os poemas de Sólon, tanto os puramente éticos quanto os abertamente políticos, certamente sempre foram conhecidos na Antiguidade, mas sem dúvida eram vistos no contexto de uma incerta tradição de Sólon como um homem sábio, dentro de um ambiente aristocrático e religioso. Assim, os poemas não eram inicialmente utilizados como fontes históricas. Apenas no século IV a.C., como um resultado de pesquisas sobre a história da Ática e, em particular, por causa dos esforços de Aristóteles, os poemas tornaram-se tema de estudos filológicos e de investigações históricas; o objetivo desta investigação era, com claras metas ideológicas e políticas, reconstruir e interpretar a pouco conhecida fase mais antiga da história de Atenas. Como resultado, os poemas de Sólon eram estudados por causa da evidência documental que proviam para a história constitucional, social e econômica e atraíam interpretações divergentes até com relação a fatos específicos: a divergência entre Aristóteles e Androtion sobre a natureza das *seisachtheia*<sup>36</sup> é um desses casos, uma discordância que encontra ecos em controvérsias modernas. Os mesmos poemas eram, então, a fundação da biografia de Plutarco e estão por trás de todos os trabalhos modernos. O resultado tem sido lamentável. Por causa da existência de seus poemas políticos e éticos – que devem ser vistos juntos a fim de se compreender totalmente o homem e seu tempo – Sólon não apenas simboliza os problemas, os ideais e a história da Atenas do início do século VI a.C., mas, na verdade, também imprime seu próprio modelo individual nessa história.<sup>37</sup>

É claro que no mundo erudito da segunda metade do século IV, os poemas de Sólon eram válidos como fontes documentais para a investigação histórica porque permitiam reconstruções ideologicamente orientadas de uma fase pouco conhecida dos primórdios da história ateniense. As propostas ideológicas e políticas oferecidas pelos versos de Tirteu, citadas por Licurgo no discurso contra Leocrates (107 = Fr. 10 Oeste) são praticamente as mesmas; Homero, Eurípides e Simonides também foram citados por Licurgo, e outros oradores áticos tinham em vista propósitos similares em suas frequentes citações de documentos, em geral falsas, do grande período das guerras persas.<sup>38</sup>

### Literatura vernacular

Em certo sentido, podemos achar o caso mais simples quando um texto literário, colocado em circulação oficialmente ou não, é ocasionado por um evento particular conhecido por nós e que o ilustra ou, ao menos, indica a maneira como foi visto na época. São exemplos disso as *Églogas*, de Virgílio, muitas das *Odes* de Horácio e os traços de história contemporânea (incluindo a história de costumes sociais, idéias morais e orgulho local) nos poemas de Ovídio.<sup>39</sup>

Um exemplo análogo em um gênero bastante diferente é a pequena peça de Luciano, “Alexandre ou o Falso Profeta”, que pode ser comparado aos outros textos literários e às inscrições relacionadas ao protagonista romano na história; a peça, assim, lança luz sobre aspectos obscuros do relacionamento entre um governante romano e grupos locais, envolvendo atividade de culto dentre outras coisas. O tom zombador da peça também deveria ser visto à luz da atitude ambígua de Luciano para com Roma. Isto não quer dizer, contudo, que um autor seja necessariamente politicamente engajado, mesmo se ele participa conscientemente do sistema de seu tempo, como Propércio fez; e tentar ler Lucrécio em termos políticos, como tem sido feito, é quase certamente um engano. Por outro lado, o poema épico de Lucano encara abertamente, em um momento histórico particular, o problema

---

<sup>36</sup> N. da T. Descarga de um fardo; por analogia, decreto de Sólon da abolição das dívidas ou do censo pago aos nobres pelo povo.

<sup>37</sup> G. Ferrara, *La política di Solone* (Nápoles, 1964), esp. 33 e n. 26.

<sup>38</sup> Chr. Habicht, “Falsche Urkunden zur Geschichte Athens im Zeitalter der Perserkriege”, *Hermes* 89 (1961), 1-35.

<sup>39</sup> R. Syme, *History in Ovid* (Oxford, 1978).

das guerras civis e das origens do principado; obviamente o autor não tinha a intenção de nos fornecer ao mesmo tempo os meios para reconstruir qualquer um dos contos perdidos de Tito Lívio.

De qualquer forma, são frequentemente os autores sem envolvimento político que no fim nos possibilitam compreender grupos sociais particulares com seus gostos e estilos de vida e normas de comportamento, para identificar e caracterizar as diferentes classes sociais da Antiguidade e suas mentalidades particulares. Assim, as *Silvas*, de Estácio, refletem como um todo um ambiente social homogêneo, de alto status, aparentemente satisfeito, retratado com realismo e ainda com alguma idealização, isto é, com o lado negativo removido; os poemas são assim um perfeito espelho da cultura, código moral, estilo de vida e comportamento da classe a que se refere. De fato, enxerga-se claramente nesse espelho o tipo de liberto a serviço da corte, junto com sua posição jurídica e social, suas funções, suas atitudes para com o poder. O retrato resultante deve ser visto à luz de toda a questão da posição de liberto na aparelhagem do estado Imperial de Augusto a Trajano, as tensões com as classes governantes tradicionais (pensa-se em Tácito e em Plínio, o Jovem), os problemas envolvidos na organização de poder, as dificuldades no caminho da administração eficiente, a influência das éticas estoicas.<sup>40</sup>

Contrastantemente, em uma literatura de um tipo completamente diferente, de um tipo popular, tem sido possível tratar “as atitudes morais das *Fábulas* de Esopo como as das classes mais baixas na Antiguidade”.<sup>41</sup>

Geralmente é importante lembrar que a natureza da tradição literária antiga torna difícil escrever “l’histoire des mentalités” da Antiguidade, implicando o acesso a padrões populares e coletivos de pensamento; o que a tradição realmente faz é encorajar uma história das idéias girando em torno de pensadores individuais. Em outras palavras, enquanto é impossível nessa situação construir uma história “objetiva” dos fenômenos, é possível compreender como eles apareceram, transformados de acordo com o ponto de vista de observadores particulares. Assim, só com enorme dificuldade podemos entender a mentalidade de um escravo ou de um membro das classes mais baixas, uma vez que nós os percebemos através da sua representação pela literatura das classes mais altas, ou seja, dos proprietários ou patrões. Por esta razão, a literatura cristã, frequentemente escrita para um leitor popular e ao mesmo tempo menos formal e menos individualista, nos permite uma abordagem mais próxima dos aspectos sociais e culturais dos padrões coletivos de pensamento na Antiguidade (veja pág.34).

A autobiografia de Trimalquão no romance de Petrónio, como analisada por P. Veyne,<sup>42</sup> mostra o que se pode descobrir em termos de história social e econômica, de comportamento e mentalidade a partir de um texto aparentemente frívolo e marginal. A mobilidade ascendente de um escravo asiático, inicialmente administrador financeiro de um senador, depois seu herdeiro, toma a forma da venda da terra herdada, do enriquecimento via assunção dos riscos do comércio marítimo e, finalmente, através, mais uma vez, da compra de terra e da tentativa de ostentar as características e os gostos do aristocrata. A caricatura da realidade e, em particular, das atitudes morais das classes superiores (recordar a famosa passagem, nos *Anais*, de Tácito, III 55) e dos libertos ricos revela muito sobre a sociedade romana imperial do século I d.C. e sobre as tendências básicas na economia romana. Em uma certa medida, o tratamento franco e irônico de Petrónio pode ser comparado e contrastado, mas também complementado por, com o quadro traçado nas *Silvas*, de Estácio.

Textos como o *Metamorfose*, de Apuleio, são suscetíveis a uma análise similar, como também os romances gregos do segundo movimento sofista; o primeiro é pleno de informações sobre a vida provinciana, e todos eles revelam os costumes e os estilos de vida entre diferentes classes e áreas, apesar do caráter convencional de muitos dos romances.

Uma abordagem bastante diferente para uma compreensão da sociedade romana, em particular a sociedade urbana, deve ser feita por meio dos exercícios retóricos de Sêneca, o Velho, enraizado na realidade e repleto de questões materiais e legais.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> G. Lotito, “Il tipo etico del liberto funzionario di corte (Stazio, *Silvae* III 3 e V 1)”, *Dialoghi di Archeologia* 8 (1974-5), 275-383.

<sup>41</sup> A. La Penna, *Società* 17 (1961), 459-537.

<sup>42</sup> “Vie de Trimalcion”, *Annales* 16 (1961), 213-47. Uma interpretação melhor em J.H. D’Arms, *Commerce and Social Standing in Ancient Rome* (Cambridge, Mass., 1982), 97-120.

<sup>43</sup> Para o movimento sofista, ver G. W. Bowersock, *Greek Sophists in the Roman Empire* (Oxford, 1969). E. L. Bowie, “Greeks and their past in the Second Sophistic”, *Past and Present* 46 (1970), 1-41 = M. I. Finley (ed.), *Studies in Ancient Society* (Londres, 1974), 166-209; G. W. Bowersock (ed.), *Approaches to the Second*

## Plutarco

A legitimidade do uso para propósitos históricos de textos cujos autores consideravam-nos como tendo fins muito diferentes depende de um entendimento claro de quais eram esses fins intencionados, uma vez que eles necessariamente influenciavam a forma dos textos e imprimiam suas características neles. O caso de Plutarco é significativo. No início de seu trabalho ele faz a asserção categórica de que ele pretende escrever biografia e não história (I 1-3). A noção reaparece na biografia de Nícias (I 5). Uma distinção entre história e biografia já tinha sido discutida por Políbio (X 21), mas não como a de Plutarco; Políbio diferenciava o caráter elogioso da biografia da história pragmática. Para Plutarco, a diferença entre os dois gêneros recai no fato de que, a fim de esboçar a perspectiva moral de seu tema, penetrar no recesso mais íntimo da sua mente e retratar os aspectos essenciais de sua vida era legítimo escolher os eventos históricos conectados com o tema que serviam a seus propósitos e omitir o resto; na verdade, deixar de lado eventos que poderiam ser da maior importância histórica. Ao contrário, o biógrafo preferia aparentemente detalhes menores, que revelassem o caráter e atitudes de seu sujeito. A distinção clara, então, que o mundo antigo faz entre biografia (sempre que ela possa ter exatamente aparecido) e história propriamente dita é um problema central no estudo da escrita da história na Antiguidade;<sup>44</sup> a distinção presumivelmente diz respeito ao estabelecimento dos deferentes gêneros literários como um todo.<sup>45</sup>

É importante ressaltar neste ponto que, dada a declaração de Plutarco, não se pode e nem se deve esperar dele o que não tinha a intenção de fazer, escrever história. A observação parece banal, mas não é. É suficientemente claro que Plutarco não apenas utilizou mais ou menos integralmente o material que ele achou útil, como também o adaptou e arranhou segundo seus próprios interesses biográficos gerais e de acordo com os interesses específicos de biografias individuais e das duplas às quais pertenciam. Não é surpreendente, então, se existem contradições dentro de uma mesma biografia, dependendo das tradições escolhidas em um determinado momento ou em outro para ilustrar aspectos particulares do caráter do indivíduo. Além disso, a necessidade de estabelecer laços entre dois indivíduos biografados de forma paralelamente comparativa, sempre afetará consideravelmente o tratamento dado a um ou a outro, sem que sejamos necessariamente capazes de identificar tal efeito. O pior problema de todos é o caso não paralelo da ligação entre os dois reis espartanos reformistas do século III a.C., Agis e Cleomenes, com os dois Gracos. O efeito da comparação já se manifesta na associação dos dois indivíduos que compõem cada par, a preliminar necessária para a comparação entre as duas duplas.

As dificuldades no uso correto do conteúdo “histórico” das *Vidas Paralelas* de Plutarco estão, então, claras o suficiente, uma vez que esse conteúdo foi selecionado e arranjado tendo em vista propósitos bastante diferentes daqueles do historiador moderno. Acima de qualquer outra coisa, Plutarco teria que utilizar as regras tradicionais para o gênero biográfico, enquanto nossas tentativas para extrair e usar seu material normalmente ignoram completamente o significado geral do trabalho de Plutarco, embora seja exatamente isto o que precisa estar claro.

É habitual negar que houvesse qualquer lado político na comparação entre os gregos e os romanos e sustentar que Plutarco tinha apenas intenções literárias, morais e educacionais que o levavam a descrever o caráter e a psicologia.<sup>46</sup> Eu não acho esta interpretação convincente. É compreensível que o gênero biográfico deva ter requerido material comparativo para realçar o indivíduo; mas a apresentação de pares de personagens biografadas oriundas de dois mundos e culturas diferentes que compunham o Império Romano, e que eram tratadas como igualitárias, parece transformar o aspecto literário e moral e dá-lhe uma direção política; não favorecendo nem uma nem

---

*Sophistic* (University Park, 1974); *YCS* 27 (1982). Para a prática da retórica, ver F. Lanfranchi, *Il diritto nei retori Romani* (Milan, 1938); S. F. Bonner, *Roman Declamation in the Late Republic and Early Empire* (Liverpool, 1949).

<sup>44</sup> A. Momigliano, *The Development of Greek Biography* (Cambridge, Mass., 1971).

<sup>45</sup> L. E. Rossi, “I generi letterari e le loro leggi scritte e non scritte nelle letterature classiche”, *BICS* 18 (1971), 69-94.

<sup>46</sup> E. G. J. Palm, *Rom, Römertum und Imperium in der griechischen Literatur der Kaiserzeit* (Lund, 1959); C. P. Jones, *Plutarch and Rome* (Oxford, 1971).

outra cultura, Plutarco reconheceu a cultura latina como sendo igual à grega. Em todo o caso, o ato de comparar afeta o conteúdo das *Vidas Paralelas*, e não é paradoxal dizer que Plutarco tenha, na verdade, se utilizado do método histórico em alguns dos ensaios dos *Moralia*; estes possuem um caráter e uma intenção menos literários, o que permite um melhor conhecimento da escala e da diversidade dos escritos de Plutarco e dos materiais que foram utilizados em uma forma aperfeiçoada nas *Vidas Paralelas*: um bom exemplo é o ensaio “Sobre as virtudes das mulheres”.<sup>47</sup>

Outros ensaios nos *Moralia* são talvez mais diretamente relevantes para um entendimento da atitude de Plutarco com relação ao Império Romano. Assim, o “Conselho Político” contém as reflexões de um intelectual dirigidas aos membros mais jovens das cidades gregas, anteriormente livres e independentes, agora parte do Império Romano; o trabalho contém sugestões práticas sobre como se comportar em relação ao poder vigente. Estas sugestões práticas compartilhavam com os discursos diferentemente intencionados de Dião de Prusa a distinção de ser a mais preciosa evidência das atitudes gregas para com Roma por volta dos séculos I e II. Como já vimos (pág.9), história politicamente engajada, escrita por outros membros das classes superiores gregas mostra um nível bastante diferente de aceitação do governo romano e da integração nele. Olhando para o ensaio de Plutarco de um ponto de vista diferente, pode-se aprender muito sobre as condições das cidades gregas sob o Império; sobre a administração do Império no que diz respeito às cidades; sobre as atitudes reais ou supostas por parte das classes superiores gregas. É neste sentido que o ensaio ajuda a esclarecer o significado das *Vidas Paralelas*.

Atividade literária da escala e diversidade da de Plutarco era naturalmente baseada em uma extensa leitura de fontes gregas (o próprio Plutarco admitia conhecer pouco latim); estas fontes eram então exploradas por suas produções refinadas. Plutarco refere-se a suas fontes e geralmente não há razão para duvidar do seu conhecimento direto delas; mas mais frequentemente não existe o reconhecimento visível de sua dívida a elas. Um autor antigo, de fato, normalmente citava uma fonte pelo nome quando desejava deliberadamente distanciar-se dela ou travar polêmica com ela. Em geral, a reutilização em seu próprio texto de material de autores mais antigos não era visto como plágio; isto é verdadeiro tanto para a prosa como para a poesia. Ao contrário, a inserção de frases ou versos de outro autor era vista como uma alusão, frequentemente complementar, que se esperava que o leitor notasse. Além disso, citações eram normalmente feitas de memória, com base em extensivas leituras prévias, e não se pode sustentar que tenham sido feitas *verbatim*<sup>48</sup>: enganos e alterações (muitas sem dúvida irreconhecíveis para nós) não devem ser considerados como deliberados ou intencionais. Naturalmente, também citações podem ser, frequentemente, de segunda mão, retiradas de florilégios<sup>49</sup> ou comentários que apresentavam materiais já separados em categorias: material histórico, e também mitológico, era frequentemente explorado para fornecer *exempla* para oradores e ensaístas. Nem se deve esquecer o caso de Sêneca, documentado por Quintiliano (*Inst. Or.* X 1,128), onde um erro foi cometido, apesar da erudição e conhecimento de Sêneca, por alguém a quem ele tinha confiado uma parte particular de pesquisa. Plínio, o Velho, por outro lado, utilizava apenas suas próprias pesquisas.

O problema da maneira como os antigos citavam outros autores tem muitos outros lados. Um trabalho literário, seja histórico ou não, tinha, em primeira instância, propósitos artísticos; devia-se, portanto, adaptar as citações, fossem elas de um autor mais antigo, de um documento ou de uma inscrição. É muito raro uma citação, particularmente uma longa, ser *verbatim*. Um exemplo bem conhecido é a comparação entre o texto de Tácito, *Anais* XI 24, e o discurso do Imperador Cláudio no Senado, sobre a admissão de gauleses em cargos públicos, como retrabalhado pelo historiador, o texto autêntico (mesmo fragmentado) está preservado numa inscrição de Lugdunum (*ILS* 212). Inscrições curtas aparecem em textos históricos, por exemplo, em Tito Lívio, dando suporte a uma evidência. Dionísio, para seus próprios propósitos, repete uma longa passagem de Fábio Pictor, adicionando

---

<sup>47</sup> Ph. A. Stadter, *Plutarch's Historical Methods. An analysis of the Mulierum Virtutes* (Cambridge, Mass. 1965).

<sup>48</sup> N. da T. *Verbatim*: exatamente com as mesmas palavras; literalmente, *ipsis literis*. Que corresponde palavra por palavra à fonte ou texto original (segundo Houaiss, 2001).

<sup>49</sup> N. da T. Florilégio: coletânea de trechos literários; antologia (segundo Houaiss).

comentários pessoais, mas não há como saber se é uma citação literal ou não.<sup>50</sup> (A citação de documentos e depoimentos na forma de discursos na corte pertencem a uma esfera diferente).

Em um trabalho histórico como as *Antiguidades Judaicas* de Josefo, a citação extensiva de documentos conferindo privilégios aos judeus garantidos por vários poderes, relaciona-se intimamente aos objetivos da obra e é uma parte integral dela. O exemplo de Josefo foi seguido, em uma escala ainda maior, por Eusébio em sua *História Eclesiástica*. Não se deve confundir, assim, o caso de compilações antiquárias sem pretensões literárias, como o *Da língua latina*, de Varrão, ou o *Deipnosophistae*, de Ateneu; ambos foram amplamente compostos alinhando juntas citações *verbatim*. O mesmo ponto se aplica ao erudito “guia turístico” de Pausânias (e, sem dúvida, também aos trabalhos anteriores de Pólemon de Ílion).

Quanto à questão das citações, é válido ressaltar o caso de Alexandre Poliístor [*Polyhistor*], que, pelo que se sabe de sua obra “Sobre os Judeus”, compilou antologias históricas genuínas; a narrativa era composta por passagens de autores mais antigos, cronologicamente dispostas e provida de trechos para interligá-las. Algumas dessas técnicas estão por trás da *A Origem do povo romano* [*Origo gentis Romanae*].

## Textos privados

Vimos que um autor ou um único trabalho pode prover evidência direta ou indireta para toda uma época, ou para um momento histórico, com todas as suas implicações sociais, políticas e culturais. A natureza da relação entre um autor e a sociedade na qual vive é por si só um difícil problema histórico; com muita frequência tentamos reconstruir o contexto social de uma obra por ela mesma, à qual só podemos realmente compreender colocando-a defronte a um contexto conhecido. Teoricamente, o relacionamento entre um autor e sua sociedade deve ser mais próximo quanto mais público for o caráter de sua obra; isto é, a natureza da relação é afetada pela audiência pretendida da obra. Esta observação não é apenas teórica, ela pode nos ajudar no nosso uso histórico da obra em questão. A verdade é que o nosso uso de uma obra para propósitos históricos precisa levar em conta uma infinidade de fatores influenciadores; intermináveis análises de diferentes textos antigos partem desta percepção.

O exemplo clássico da fragilidade de qualquer asserção sobre o contexto de uma obra, mesmo que verdadeira em si mesma são as *Meditações* de Marco Aurélio.<sup>51</sup> O que temos é um solilóquio escrito. Autor e audiência são os mesmos; o autor está sozinho com sua consciência. Deixemos de lado, por enquanto, o terrível problema de como o texto foi preservado e transmitido. A reflexões do imperador são inteiramente pessoais e não se dirigem a ninguém mais; dizem respeito fundamentalmente à ordem divina do universo e à posição do homem dentro dele. É nesse panorama que o imperador coloca sua referência às suas experiências pessoais e preocupações e suas alusões históricas (provavelmente inconscientes):<sup>52</sup> isto é, em um panorama psicológico. Para alguém interessado em eventos, um conhecimento da psicologia do imperador pode não ter interesse; mas, no entanto, a mentalidade do imperador ajuda a compreender seu comportamento e suas ações. A sinceridade das reflexões envolve sérios problemas quando são apresentadas em diferentes interpretações históricas do mesmo imperador; temos um caso clássico das dificuldades de comparar tipos discrepantes de documentações.

Comentários similares podem ser feitos com relação às cartas privadas, como as cartas de Cícero, usualmente, em teoria, pressupondo o destinatário como sendo o único leitor. Cartas abertas, relatórios em formas de cartas (como as de uma comunidade cristã para outra) e mensagens oficiais para governantes ou seus agentes obviamente recaem em uma categoria diferente. Entretanto, mesmo cartas privadas, especialmente se seu assunto fosse de natureza política, poderiam ter ampla circulação; poderiam, por conseguinte, ser preservadas em registros oficiais e assim encontrar seu

---

<sup>50</sup> *F. Gr. Hist.* 809 F 13b; note os conselhos tipográficos usados por Jacoby para distinguir o que ele considerava como citações autênticas.

<sup>51</sup> P. A. Brunt, “Marcus Aurelius in his Meditations”, *JRS* 64 (1974), 1-20.

<sup>52</sup> IX 2 contém a famosa menção à peste; a menção dos cristãos em XI 3 é tida por Brunt como uma interpolação: ver *Studies in Latin Literature and Roman History I* (Bruxelas, 1979), 483-498.

caminho nas obras de história, como as cartas citadas por Salústio no *Da Conjuração de Catilina*. Em tais casos, o autor tinha, algumas vezes, a intenção de fazê-las circular amplamente, às vezes, tal circulação era criticada como uma indiscrição. Cícero planejou uma publicação de uma seleção de suas cartas, talvez para fins puramente literários; parece que ele mantinha cópias de suas cartas e preservava cuidadosamente as cartas que recebia – tudo isso mostra claramente que os textos das cartas eram considerados valioso material documental. Inclusive foi sugerido que a publicação da extensa correspondência de Cícero era o resultado de uma secreta manobra política, mas falta plausibilidade<sup>53</sup> aos argumentos, apesar de toda a sua sutileza. Certamente, foi apenas muito mais tarde que as cartas de Cícero adquiriram valor literário, servindo como um modelo para uma longa série de coleções de cartas – Sêneca, Plínio, o Jovem, Fronto etc..

Qualquer que fosse o critério utilizado para a seleção que *foi* feita, e apesar da possibilidade de mudanças e melhorias aos textos originais, não há dúvida de que as cartas de Cícero nos permitem ver, às vezes para nosso embaraço, muito de sua vida privada e seguir partes de sua vida política dia a dia, como se fosse um diário. O valor deste material absolutamente único é tal que é difícil, e talvez mesmo impossível, instituir uma comparação significativa com narrativas históricas dos mesmos eventos; estes, naturalmente, não são nem capazes nem se destinam a fornecer detalhes tão minuciosos e têm métodos de abordagem e objetivos literários bastante diferentes. Ainda estamos em face, novamente, ao problema de comparar categorias de fontes materiais que não são homogêneas.

### Pseudo-epígrafes

O problema da relação de uma obra com o seu contexto histórico, um problema que diz respeito a seu significado, pode ser complicado tanto por incertezas sobre sua data quanto por atribuições de datas inventadas; esta última ocorrência envolve a necessidade de estabelecer a razão para a fraude e a data correta, como com a *História Augusta*. É ainda mais difícil achar uma data segura para – e, por conseguinte, entender – a literatura que, por sua própria natureza, não pode ter um valor unicamente contingente e que é feita para ser aumentada e adaptada: todos os escritos apocalípticos recaem nesta categoria, também os escritos atribuídos a um oráculo sibilino,<sup>54</sup> e muitos escritos judaicos do período helenístico (frequentemente apenas conhecidos por nós através de intermediários cristãos). Tal escrita é deliberadamente eterna, idealizando o passado e frequentemente reivindicando uma autoria que não possui para aumentar sua autoridade (compare com pág.7); pela própria natureza de sua função em um momento e sua potencial função no futuro, não pode suprir nossa demanda por exatidão ou oferecer alguma conexão além daquela com o meio cultural e religioso que viu seu nascimento e desenvolvimento.<sup>55</sup>

Falando corretamente, não se pode dizer que o material pseudo epigráfico de uma natureza religiosa é uma falsificação, mesmo se, frequentemente, seja assim categorizado. O anonimato era bastante comum na literatura do oriente antigo; e a atribuição de um texto a um venerado indivíduo mais antigo, seja mítico ou histórico, tinha precisamente a intenção de garantir a aceitação do texto e de fornecer-lha um valor perpétuo. A reivindicação da inspiração divina, através de uma Sibila ou de uma Musa, é característica tanto da literatura religiosa quanto da poesia grega arcaica e garante a sinceridade do autor; como já vimos (pág.17), no mundo grego a reivindicação foi suplantada por uma crescente consciência do autor de sua própria individualidade e personalidade.

É um sério engano de método associar sob o nome geral de falsificação uma vasta e heterogênea gama de produção literária. Nem é fácil ou mesmo possível encontrar uma explicação única para todas as falsificações literárias além de uma simplista explicação psicológica. Em geral, pessoas famosas por qualquer que seja a razão (sábios, políticos, santos) são frequentemente

---

<sup>53</sup> J. Carcopino, *Les secrets de la correspondance de Cicéron I-II* (Paris, 1947), discutido para publicação no período triunviral, com Atticus parcialmente responsável; a data da publicação, mas não o propósito alegado, é aceita por A. Piganiol, *Scripta Minora II* (Bruxelas, 1973), 348-350. Para a datação no período neroniano: D. R. Shackleton Bailey, *Cicero's Letters to Atticus I* (Cambridge, 1965), 59-76.

<sup>54</sup> A. Peretti, *La Sibilla Babilonese nella propaganda ellenistica* (Florença, 1942); V. Nikiprowetzky, *La troisième Sibylle* (Paris e The Hague, 1970).

<sup>55</sup> P. Vidal-Naquet (n. 17), 109-23.

nomeadas as autoras de coleções de cartas, às vezes reunindo material respeitável, ou tornam-se os assuntos de biografias repletas de detalhes inventados, que vinham ao encontro das demandas de um público curioso ou que queria saber sempre mais sobre alguém que admirava ou venerava. Se era legítimo um historiador reconstruir em *seu* trabalho um discurso que teria sido proferido provavelmente por um político, com alguma aproximação da realidade, o que havia de errado em circular discursos que pessoas famosas, sempre contemporâneas, devem ter proferido em ocasiões importantes? Cícero era livre para preferir uma versão sobre a morte de Coriolano que discordava com a escrita nos anais romanos, mas que o permitiu fazer um hábil paralelo com a morte de Temístocles; Ático respondeu com uma certa indiferença que “aos oradores era permitido mentir em seus relatos de eventos a fim de produzir um bom efeito” (*Bruto* 43). Nem apenas aos oradores, como vimos.

Polêmica política, pretensões a prioridade, orgulho local, frequentemente estão por trás de falsificações de um tipo ou de outro, históricas, literárias, filosóficas, religiosas. Anaxímenes foi inclusive até o ponto de publicar um mordaz panfleto político que atribuiu à autoria ao seu inimigo Teopompo, para desacreditá-lo.<sup>56</sup> Mas o desfile de erudição na *História Augusta*, como em muitas obras paradoxográficas, tinha a intenção de dar um ar de respeitabilidade às exóticas e muitas vezes deliberadamente incoerentes narrativas.<sup>57</sup>

## A democracia ateniense

As considerações desenvolvidas nos parágrafos precedentes são válidas para a literatura, tanto popular quanto sofisticada, sem nenhum aspecto oficial, isto é, não escritas para satisfazer uma encomenda ou para uma ocasião particular. Agora vamos considerar as peças encomendadas, em primeiro lugar aquelas que formam parte da poesia grega lírica ou coral. O poeta não é mais livre, como Hesíodo, por exemplo, tinha sido, mas é governado pelas demandas do patrono que ao, mesmo tempo, é um representante da audiência a que se destina. A sociedade e o ambiente envolvido são aristocráticos. A ocasião determina o caráter celebratório e laudatório de que inevitavelmente se encarrega a poesia. O lugar importante dado aos mitos, a apresentação de ideais aristocráticos, o retrato da sociedade aristocrática, mesmo as alusões políticas, tudo pertence a uma estrutura de tradição e convenção que é o mesmo de Píndaro, Simonides e Baquírides, apesar de haver algumas diferenças em suas concepções de mundo, homem e valores morais.

A posição oficial do gênero literário da tragédia na vida cultural e social da *polis* ateniense faz com que, provavelmente, *a priori*, estivesse relacionada a uma situação política particular e tivesse um caráter substancialmente “político”. A escolha do tema, as elaborações fantasiosas e as adaptações de mitos, atitudes precisas dos poetas com relação aos principais problemas religiosos, morais ou humanos da sociedade – todos provavelmente ou certamente refletem escolhas culturais e mesmo políticas, embora algumas delas nem sempre podemos detectar com certeza, em parte porque não conhecemos a cronologia precisa das peças. Em outras palavras, normalmente é difícil identificar certas referências ou alusões a eventos históricos conhecidos ou detectar atitudes também conhecidas como de políticos particulares – daí as diversas teorias dos estudiosos modernos. Igualmente, é perigoso identificar *tout court* figuras míticas com políticos contemporâneos; e naturalmente não é sempre possível dizer se as alusões ou referências eram realmente intencionadas pelo autor, vistas pela audiência ou imaginadas pelos comentadores antigos ou modernos. Naturalmente, nunca se tem certeza se uma atitude do poeta deve ser relacionada às atitudes de seus concidadãos e, se sim for, como – concordando ou se opondo. Deve-se até ser cauteloso ao tentar caracterizar as atitudes políticas desenvolvidas pelos três maiores trágicos do século V a.C.

Entretanto, não se deve ser tão cético ou negativo. A escolha de temas contemporâneos por Frínico e, mais ainda, por Ésquilo, mostra claramente o desejo dos autores em expressar visões de

<sup>56</sup> *F. Gr. Hist.* 72 T 6 (= Paus. VI 19, 5); F 20-1.

<sup>57</sup> E. J. Bicherman, “Faux littéraires dans l’Antiquité Classique. En marge d’un livre récent”, *Rivista Filol. Istr. Class.* 101 (1973), 22-41; *idem*, *Pseudepigrapha* 1 (Entretiens sur l’Antiquité Classique 18, Fondation Hardt, Genebra, 1972); W. H. Speyer, *Buchfunde in der Glaubenswerbung der Antike* (Göttingen, 1970); *idem*, *Die literarische Fälschung im heidnischen und christlichen Altertum* (Munique, 1971).

relevância contemporânea. É possível que ambos os trágicos sustentassem uma posição política semelhante à de Temístocles – democrática, tanto em relação às questões externas quanto às internas. Certamente, *Os Persas* de Ésquilo, paralelamente ao tema principal de justiça divina, oferece uma interpretação altamente compassiva da Pérsia e do estado persa, embora não da política de Xerxes; a interpretação é do mais alto interesse, porque está ligada a uma visão de Atenas que coloca a *polis* no centro das questões gregas. É razoável argumentar que Ésquilo provê evidência de um importante modo contemporâneo de pensamento e sistema de valores, mesmo se não for razoável sustentar que Ésquilo desejasse servir a fins políticos particulares. Nem se deve esquecer, aqui ou nos outros trágicos, a mais ou menos aberta, ou dissimulada polêmica, em um contexto artístico, sobre o tratamento de questões similares.

Em geral, é mais fácil descobrir ligações com questões externas: o elogio de Argos em *As Suplicantes* e a *Eumênides* (458 a.C.) deve se referir à aliança desta cidade com Atenas em 461 a.C. Agamenão é coroado rei de Argos ao invés de Micenas. É mais difícil identificar alusões sobre questões internas. A visão obviamente negativa de um “tirano” (nos outros trágicos, bem como em Ésquilo) não deve ser sempre evidência de simpatias democráticas e de medo de elementos dentro de círculos oligárquicos objetivando a tirania. Existiriam referências, como frequentemente é dito, a conflitos sociais e diferenças políticas no interior da *polis*? Não há como decidir; o orgulho da democracia é suficientemente óbvio e compreensível; mas não é fácil dizer qual o significado político da avaliação claramente positiva do Areópago feita por Ésquilo, precisamente no momento em que os poderes daquele corpo estavam sendo dramaticamente limitados pelas reformas de Efialtes; acima de tudo não se deve tentar colocar Ésquilo em uma posição clara e inequívoca. Pelo menos, porém, a peça revela a existência de discussões fervorosas, às quais o poeta não era estranho.

Por outro lado, parece muito improvável que a famosa passagem no *Prometeu Acorrentado* [*Prometheus Vincitus*], louvando o progresso humano e a habilidade técnica – considerada como parte da visão de um Ésquilo “democrático” – seja evidência de uma apreciação das emergentes classes trabalhadoras. Talvez Ésquilo reflita a consciência orgulhosa, encontrada também em Tucídides, do progresso cultural de seu próprio tempo; suas bases, contudo, são para Ésquilo, o resultado da intervenção divina.

O fato de Sófocles ter exercido um papel ativo na vida política de Atenas, mesmo ocupando função pública, não torna a interpretação histórica de suas tragédias mais fáceis, ainda mais porque não estamos em uma posição de onde possamos estabelecer, com alguma certeza, o grupo político ao qual ele pertencia. As soluções oferecidas ou consideradas por Sófocles, em *Antígona*, para os grandes problemas humanos e sociais, tal como o conflito entre a cidade e a família e suas respectivas exigências; ou a defesa, em *Édipo Rei*, da religião tradicional; são evidências preciosas de uma particular atmosfera espiritual e cultural, de discussões de valores supremos, do envolvimento, alcançado ou intencionado, nestas discussões das pessoas como um todo, certamente das atitudes e ideais do poeta. Mas é praticamente impossível dizer se tinha e quais eram seus propósitos políticos, além de uma reafirmação passional de princípios básicos. Incertezas sobre datas complicam a tarefa de estabelecer ligações. O segundo *stasimon*<sup>58</sup> de *Édipo Rei* (linhas 872-910), com a sua poderosa defesa das tradições políticas e religiosas de Atenas, tem sido relacionada à angustiante posição de Atenas antes do golpe oligárquico de 411 a.C.; têm sido discutidas alusões para a profanação dos Mistérios e para Alcibíades, e têm sido utilizadas como um argumento para datar a tragédia entre 415 e 411; mas uma data alternativa, por volta de 430, demonstra a natureza ambivalente das interpretações oferecidas e a incerteza das identificações de personagens míticas com personalidades contemporâneas (normalmente desnecessária, exceto para a moderna obsessão por elucidação completa).

O uso histórico da tragédia está em terreno seguro quando busca uma compreensão de um ambiente surpreendentemente vívido social, política e culturalmente, e de uma época apaixonadamente envolvida em escolhas dramáticas. Estes pontos são ainda mais válidos para as tragédias de Eurípides, que refletem intimamente a realidade humana e parecem também seguir, mais intimamente do que outras peças, as mudanças sociais e as alterações da opinião pública que

---

<sup>58</sup> N. da T. Estásimo, na tragédia grega, a parte em que o coro cantava na orquestra, permanecendo imóvel.

acompanharam a situação política, como aconteceu durante a Guerra do Peloponeso. Daí várias avaliações hostis do poeta.

A sensibilidade de Eurípides para a mudança (a personalidade de Menelau, por exemplo, revela diferentes características em diferentes dramas) parece indicar um desejo deliberado para que a tragédia reflita a atitude mental do povo como um todo, de que o poeta se torna, assim, porta-voz; sua atitude é ora bélica, ora contra a guerra; naturalmente certos temas permanecem constantes, como o patriotismo de Eurípides, seu orgulho por Atenas como o berço da liberdade, sua moderação política, sua sincera crença na democracia. Deve bem ser verdade que o coro de *Andrômaca* (linhas 465-485), ao lamentar a perda da iluminada orientação de um homem, refere-se Péricles; e em *As Suplicantes*, não há conflito com o louvor a Teseu como o longínquo fundador da democracia ateniense, uma democracia de caráter claramente “moderado”. Neste sentido, a característica individual da tragédia de Eurípides talvez forneça a confirmação da lealdade das (e da necessidade por) classes medianas da sociedade ateniense.

Mas é perigoso ir mais além e procurar interpretar como uma crítica da estrutura social da *polis* o que é simplesmente o motivo normal de um ataque em termos moralizantes à riqueza e à corrupção. Mais genericamente, deve-se dizer que é muito difícil identificar na transformação fantasiosa ou racionalizada do mito reflexões sobre as condições econômicas e sociais contemporâneas – que são, por outro lado, o pano de fundo necessário e determinante da comédia ática. Na tragédia, estamos muito mais próximos dos alvos e objetivos políticos e morais do autor, sejam esses implícitos ou explícitos; ao mesmo tempo, nossa real habilidade de entender estes alvos e objetivos é muito mais limitada.<sup>59</sup>

Há vários modos de se utilizar a chamada Comédia Antiga para fins históricos. Em primeiro lugar, existe o significado político geral da própria comédia no contexto social e cultural ateniense. Os significados têm um alcance muito mais amplo e são mais explícitos do que no caso da tragédia; a audiência como um todo tem o seu papel na atuação quando compartilha das opiniões do autor, no sentido em que o autor, por meio da discussão livre e aberta de temas políticos, procurava deliberadamente ser um expoente e intérprete de opiniões amplamente defendidas. A liberdade de discurso, mesmo licença, da Comédia Antiga, era uma realização concreta do que tem sido corretamente chamado de uma maneira de remover todas as barreiras entre audiência e autor.

Neste sentido, a Comédia Antiga é o correlato do regime democrático desenvolvido da época de Péricles e da Guerra do Peloponeso, marcada pela participação popular em larga escala; a comédia está indissoluvelmente ligada a esta atmosfera e a este modo de engajamento político. Não é à toa que a comédia pertença precisamente a este período; inclusive a crítica política está ainda ausente em um dos primeiros comediantes, Crates; e o gênero da comédia declinou quando o sistema político particular que proporcionou o seu nascimento também declinou. As últimas comédias do próprio Aristófanes (*A Assembléia das Mulheres*, com suas limitadas referências à situação política contemporânea, e *Pluto*, importante pela sua reflexão dos novos aspectos do sentimento religioso de Atenas) são evidências do claro abandono dos temas políticos iniciais.

A comédia, então, é um aspecto necessário do regime democrático, precisamente por causa de sua função crítica e polêmica, frequentemente tomando a forma de violentos ataques pessoais (começando pelos títulos, como em algumas das peças de Platão, o Cômico<sup>60</sup>). A famosa passagem de “O Velho Oligarca” (Pseudo-Xenofonte II 18), onde o autor observa que o “povo” encorajava ataques

---

<sup>59</sup> E. Delebecque, *Euripide et la guerre du Péloponnèse* (Paris, 1951); V. Di Benedetto, *Euripide. Teatro e società* (Turim, 1971); W. Eberhardt, “Die griechische Tragödie und der Staat”, *Die Antike* 20 (1944), 87-114; V. Ehrenberg, *Sophocles and Pericles*, (Oxford, 1954); J. H. Finley, “Politics and early Greek tragedy”, *HSCPh* 71 (1966), 1-13; R. Goossens, *Euripide et Athènes* (Bruxelas, 1962); R. Guerrini, “La morte di Euristeo e le implicazioni etico-politiche negli Eraclidi di Euripide”, *Athenaeum* 50 (1972), 45-67; D. Lanza, *Il tirano e il suo pubblico*, (Turim, 1977); A. Pickard-Cambridge, *The Dramatic Festivals of Athens*<sup>2</sup> (Oxford, 1968); A. J. Podlecki, *The Political Background of Aeschylean Tragedy* (Ann Arbor, 1966); F. Sartori, “Echi politici ne ‘I Persiani’ di Eschilo”, *Atti Istituto Veneto* 128 (1969-70) 771-797; G. Thomson, *Aeschylus and Athens. A study in the social origins of drama* (Londres, 1941); P. Walcot, *Greek Drama in its Theatrical and Social Context* (Cardiff, 1976); T. B. L. Webster *Political Interpretations in Greek Literature* (Manchester, 1948).

<sup>60</sup> (N. da T.) Poeta cômico ateniense que viveu c. 460 a 389 a.C.

políticos contra os ricos, os nobres e os poderosos, e inclusive contra os políticos populares em ascensão, revela muito da natureza e da origem dos ataques pessoais dos comediantes. O que está envolvido é a expressão de sussurros, ressentimentos, insatisfações contra o poder vigente, uma expressão que naturalmente frequentemente reaparece na comédia sob um disfarce moralizante, com ataques à corrupção, ao aproveitamento e assim por diante, e lamentando por um passado idealizado. Os autores também podiam às vezes direcionar seus ataques contra sua audiência, isto é, contra o povo; mas seus alvos são normalmente os poderosos, que toleravam a liberdade de discurso do autor, pelo menos dentro de limites muito amplos, embora ocasionalmente alguma ação fosse tomada; eles assim o faziam porque era melhor para as manifestações da opinião pública popular, de qualquer tipo, encontrar uma válvula de escape fundamentalmente inofensiva na comédia. Tende-se a comparar tal situação à que se desenvolveu em Roma entre *princeps* e *plebs*, em anfiteatros e circos. Além disso, o indivíduo poderoso não teria subestimado a publicidade que era certamente conferida a si e às suas ações.

Conclui-se disso tudo que é inútil considerar os comediantes como sendo reacionários ou anti-democráticos ou até mesmo opositores. Ser “contra” fazia parte do jogo. Isto não significa que a crítica na comédia a Péricles e à sua liderança política e militar de Atenas não tinha sua contraparte na vida real; mas o que não se pode é fazer dos comediantes membros de um determinado partido político ou mesmo seguidores de uma linha particular, como a de Kimon, como foi sugerido para Crátino. Além disso, não há nenhuma contradição quando Aristófanes, normalmente visto como um opositor ao sistema democrático, aparece em *As Nuvens* como oposto à oligarquia; Aristófanes não era nem anti-democrático nem anti-oligárquico, nem desejava representar o campo contra a cidade – ele simplesmente registrava as oscilações momentâneas da opinião pública, pois esta era a função da comédia.

O que é importante para nós, que desejamos utilizar a comédia para propósitos históricos, é que, pelo fato de a comédia ter vivido com o contínuo desdobramento da história de Atenas na segunda metade do século V a.C., ela nos permite (tanto com os fragmentos de comédias perdidas quanto com as comédias completas de Aristófanes) ver a diversidade da reação popular aos acontecimentos agradáveis ou desagradáveis, em casa e no estrangeiro, e pesar a extensão do envolvimento popular em cada aspecto da vida da *polis* e das discussões que emergem dela.

O comediante, então, pode ser de tempos em tempos um porta-voz de sentimentos pacifistas ou bélicos; ele será contra a utilização da guerra, precisamente porque ele captará qualquer murmúrio que houver. Este é um aspecto, talvez o mais importante, do profissionalismo do comediante; também havia a polêmica literária, mais do que ideológica, entre diferentes comediantes; paródias de outros gêneros literários, como a tragédia; caricaturas literárias e dramáticas. Atuando como porta-voz para atitudes gerais não envolve, no entanto, a *eliminação* de comprometimento e de consciência pessoais: o *Demes* de Eupóides [ou Êupolis] (412 a.C.), com sua triste saudade dos enérgicos líderes políticos do passado em um momento de derrota e deslocamento depois do desastre siciliano, parece revelar um profundo comprometimento da parte do autor.

Nosso relativamente bom conhecimento da cronologia das comédias, e, por conseguinte de seu contexto histórico e relacionamento com os eventos contemporâneos que são mencionados ou discutidos, proporciona-nos uma ampla e viva familiaridade com mudanças na opinião pública; acima de tudo, podemos ver que formas tomaram as reações populares espontâneas em Atenas.

Até este ponto, a análise histórica da comédia ática está explorando os objetivos do próprio autor e fazendo uso das expressões da opinião pública que ele tinha deliberadamente assumido. Mas abrimos para nós um outro e igualmente importante modo de utilizar a comédia ática como uma fonte histórica. Foi observado que, para que a audiência pudesse entender a selvagem, até mesmo absurda, irrealidade de muitas comédias, tal irrealidade precisaria ser ajustada a uma estrutura de algum tipo. O aspecto realista da comédia derivava de sua apresentação de um ambiente social que se relacionava ao comportamento econômico e social bem como às percepções políticas da audiência; um fator que contribuía era a apresentação de sentimentos populares, coletivos e individuais, diante de concretos fatores políticos, sociais e econômicos. Se um historiador moderno poder alcançar o reflexo da realidade na comédia Ática, ele estará apto a reconstruir a realidade da sociedade e da economia ateniense. Foi isso que V. Ehrenberg tentou fazer em um merecidamente famoso livro, *The People of Aristophanes*, onde pretendeu uma análise sociológica da Atenas das comédias de Aristófanes. A introdução metodológica de Ehrenberg é muito importante. Uma tentativa de reconstruir, a partir da

Comédia Antiga e, em particular, de Aristófanes, as atitudes e mentalidades das diferentes classes sociais de Atenas no contexto de sua sociedade e economia significa uma abordagem da complexa estratificação da sociedade ateniense e de seu padrão de comportamento; mas isto não quer dizer que se entenderá o contexto social e econômico propriamente dito, ainda menos a racionalidade daquele contexto. Aristófanes não é um teórico, mas um observador perspicaz e realista. A maior dificuldade é distinguir quais elementos na comédia ática estão distorcidos ou exagerados (o problema também existe, é claro, para a Comédia Nova e para Plauto), até que ponto uma personagem é inventada, quão típica é uma atitude. Mas, em qualquer caso, os problemas básicos das peças, que formam a base das tramas, refletem problemas reais; os mesmos problemas são pressupostos por outros gêneros literários e são, como resultado, apenas parcialmente compreensíveis – a comédia ática sozinha os revela para nós.<sup>61</sup>

## Oratória

O fato de a oratória ter florescido nas *poleis* gregas e em Roma estava intimamente relacionado, como os antigos bem o sabiam, com as formas abertas de governo existentes, no modo como as questões políticas eram conduzidas, na organização do sistema judicial. A pessoa e a personalidade do orador e do político se fundiam nas democracias antigas, e a arte da persuasão nada mais era do que o principal aspecto do processo de informar ao povo o que precisava saber a fim de tomar uma decisão política ou judicial – de moldar a opinião pública em geral. O gênero literário da oratória é de caráter predominantemente público e político em caráter e isto é igualmente verdadeiro para a chamada oratória epidíctica<sup>62</sup>, com seus vários objetivos culturais e educacionais. A natureza da oratória como descrita acima é confirmada pela inclusão de discurso em escritos de história (veja pág.3). Além disso, a maioria dos discursos forenses sobreviventes em Atenas e em Roma são relativos a casos políticos ou ao menos a casos com implicações políticas.

Como resultado, a história da oratória em Roma no *Bruto*, de Cícero, revela-se, em grande medida, uma história política. Os trabalhos retóricos de Cícero não apenas discutem teoria e método, mas delineiam a educação geral e técnica de um político e revelam os ideais das classes governantes. Uma obra ostensivamente teórica, como a *Retórica a Herênio*, totalmente a parte do uso dos *exempla* históricos, claramente pertence a uma situação histórica e cultural particular, àquela do início do século I a.C.; naquele momento, os problemas enfrentados pelas escolas de retóricos eram os de liberdade política.<sup>63</sup> O foco em problemas legais na oratória forense e em casos reais e a necessidade de um orador apresentá-los em detalhes a ouvintes com um conhecimento variado do assunto, significa que a oratória forense é uma das principais fontes do nosso conhecimento sobre a lei Ática no que diz respeito à sua abrangência e aos fatores sociais e econômicos.<sup>64</sup> Os discursos de Cícero nos permitem não apenas ver o que sua prática como um advogado envolvia, mas também como era o seu pensamento legal, em relação às teorias de seu tempo, como E. Costa demonstrou.<sup>65</sup>

Deveria estar claro que um discurso forense ou político pressupõe adaptabilidade às mentes da audiência, seja ela o povo, um encontro deliberativo de membros restritos ou uma corte. É fácil

---

<sup>61</sup> A. Bellesort, *Athènes et son théâtre* (Paris, 1954); R. Cantarella, “Atene. La polis e il teatro”, *Dioniso* 39 (1965), 39-55; M. Croiset, *Aristophane et les parties de Athènes* (Paris, 1906); K. J. Dover, *Aristophanic Comedy* (Londres, 1972); V. Ehrenberg, *The People of Aristophanes. A Sociology of Old Attic Comedy* (Oxford, 1951); G. Nicosia, *Economia e politica di Atene attraverso Aristofane*<sup>2</sup> (Roma, 1935); G. Norwood, *Greek Comedy* (Londres, 1931); L. E. Rossi, “Il drama satirico attico. Forma, fortuna e funzione di un genere letterario antico”, *Dialoghi di Archeologia* 6 (1972), 248-302; J. Schwarze, *Die Beurteilung des Perikles durch die Attische Komödie und ihre historische und historiographische Bedeutung* (Munique, 1971); V. A. Sirago, “Campagna e contadini attici durante la Guerra Archidamica”, *Orpheus* 8 (1961), 9-52; F. Turato, *Il problema storico delle ‘Nuvole’ di Aristofane* (Pádua, 1972).

<sup>62</sup> N. da T. Rever nota 9.

<sup>63</sup> J.-M. David, “Promotion civique et droit à laparole: L. Licinius Crassus, les accusateurs et les rhéteurs latins”, *MEFRA* 91 (1979), 135-81.

<sup>64</sup> E. g. E. Paoli, *Studi di diritto attico* (Florença, 1930); M. I. Finley, *Land and Credit in Ancient Athens 500-200 B.C.* (New Brunswick, 1951).

<sup>65</sup> *Cicerone giureconsulto*<sup>2</sup> I-II (Bolonha, 1927-8).

detectar diferenças principais de tons e tipos de argumentos nos fragmentos dos discursos de Tibério Graco em seu programa agrário, ou nas *Catilinárias* de Cícero, dependendo se eram dirigidos ao povo ou ao senado. Quase nunca possuímos ambos os lados de um caso, embora argumentos opostos fossem frequentemente incorporados na versão publicada de um discurso na forma de réplicas a objeções previsíveis; o resultado é que frequentemente é difícil identificar as distorções necessárias às demandas do caso, mesmo em discursos forenses. Nos discursos políticos, o encobrimento deliberado do ponto central em debate, o silêncio em aspectos fundamentais do caso, a distorção da visão oponente, são todos atos normais e tornam difícil estar seguro do que é confiável. Além disso, o costume ateniense de aceitar encomendas de discursos escritos para a defesa de outra pessoa torna improvável que alguém adquira um certo conhecimento da tendência política de um orador; o costume também levanta perguntas interessantes sobre a relação entre o orador-conselheiro e o cliente. No mais típico representante do gênero da oratória epidíctica, Isócrates, a necessidade ou ao menos o desejo de se pronunciar sobre uma variedade de problemas políticos por um longo período de tempo torna difícil traçar um desenvolvimento coerente de suas idéias políticas, com exceção dos pontos básicos como patriotismo, pan-helenismo, oposição à Pérsia, moderação política.

Mas o problema mais complicado no uso de discursos antigos para propósitos históricos é o colocado pela relação entre o texto publicado e o discurso realmente feito. O problema obviamente envolve a questão sobre o que exatamente era a “publicação” de um discurso antigo. Até onde a oratória forense ática diz respeito, a posição é complicada pela natureza da relação entre o cliente que recorreu à lei e o discurso do escritor, já que este último é o orador real. As várias possibilidades foram esclarecidas de modo exemplar por K. J. Dover.<sup>66</sup> Deve-se notar, acima de tudo no caso da oratória ática, que a manipulação de um caso por um perito reconhecido era tratada como um precedente e que isto encorajava a circulação de cópias. É prontamente compreensível que foi sobre os textos dos oradores áticos que Dionísio de Halicarnasso desenvolveu seus talentos como investigador de falsificação. O problema é ainda mais complexo no caso de discursos políticos. Em Atenas, eles eram “publicados” muito tempo depois, porque pertenciam a um momento particular no tempo e a uma ocasião particular, porque o contexto histórico era único e a preservação do discurso era, por conseguinte, desnecessária. Tal discurso era um fato de história política e é por isto que os historiadores sentiram a necessidade – em um estágio inicial – de introduzir discursos dentro de seus trabalhos, deliberadamente ancorados aos eventos que os ocasionaram. Já vimos como esta prática se transformou, no seu devido tempo, em um elemento da técnica da história (pág.3).

Foi corretamente observado que em Atenas, até onde podemos dizer, os primeiros discursos políticos publicados deviam suas publicações a estrangeiros, provavelmente porque esta era a única maneira pela qual eles podiam influenciar a política da *polis*. O mesmo motivo estará por trás da panfletagem de Íon de Quíos e de Stesimbrotos de Tasos e também da atividade histórica de Helânico de Mitilene. A publicação de discursos políticos, então, generalizou-se quando os temas pareciam de amplo interesse e não apenas relevantes simplesmente para uma audiência ateniense. Discursos e “cartas abertas” eram diretamente direcionadas a figuras políticas do momento. O que não podemos dizer é qual efeito político, se houve algum, que a publicação dos trabalhos por um Isócrates ou um Demóstenes tinha, mas sem dúvida os discursos ajudavam a formar a opinião pública grega. Dado este cenário, é fácil entender como as cartas apócrifas atribuídas a pessoas famosas surgiram. Em geral, a publicação de um discurso prolongava sua vida efetiva como uma força política. Era até mesmo possível que discursos genuínos fossem inseridos em obras de história a fim de aumentar sua circulação, como com Catão (pág.3).

Difícil é determinar quais mudanças o autor ou um editor pode ter feito em um texto no momento da publicação, e é perigosamente fácil ver interpolações a cada linha. Todavia, tem sido plausivelmente arguido que alguns discursos de Demóstenes preservados resumem mais de um discurso realmente entregue. E a *Quarta Catilinária*, de Cícero, provavelmente consiste de observações feitas nos intervalos durante a famosa sessão do Senado, de 5 de dezembro de 63 a.C. Uma análise de um discurso de Cícero às vezes revela modificações substanciais;<sup>67</sup> fora o famoso caso do *Pro Milone* (para o qual há depoimento independente), um bom exemplo é fornecido pela *Defesa de Róscio Amerino*. As observações sobre a conduta de Sila e os seus julgamentos recaem

<sup>66</sup> *Lysias and the Corpus Lysiicum* (Berkeley e Los Angeles, 1968), 151ss.

<sup>67</sup> J. Humbert, *Les plaidoyers écrits et les plaidoiries réelles de Cícéron* (Paris, s.d.).

claramente em dois grupos, o daqueles pronunciados quando Sila ainda estava vivo e era poderoso, e o das adições negativas e irônicas feitas após sua morte.

A publicação de discursos era, no Mundo Antigo, uma das maneiras mais salientes e um meio de difundir idéias e opiniões políticas; também tornava os discursos efetivos em ambientes diferentes daqueles nos quais eram pronunciados. Em um certo sentido, um discurso publicado pertence, por causa de seus objetivos, ao gênero da literatura política, uma vez que tem a intenção de formar ou de influenciar uma opinião pública educada. O tratado de Cícero *Dos deveres* talvez seja o exemplo mais importante de literatura política: guardava uma posição principal na história do pensamento ocidental e levanta questões de métodos muito interessantes. A forma tomada pelo *Nachleben* do *Dos deveres*, já na Antiguidade, teve um grande efeito sobre a interpretação, compreensão e avaliação do trabalho; tem sido considerado o maior exemplo do ideal de *humanitas*, o legado da Antiguidade e, em particular, de Cícero, até mesmo afetando a prática educacional. O *Dos deveres* é visto como fornecedor de um modelo para o comportamento humano ideal na sociedade civilizada. Por outro lado, o tratado é explicitamente uma reformulação de um tratado similar do filósofo estóico Panécio, pelo menos no que diz respeito aos dois primeiros livros. Pesquisas modernas, compreensivelmente, estudam o *Dos deveres* a fim de recuperar o pensamento de Panécio de outras fontes gregas, para colocá-los no desenvolvimento do estoicismo, para identificar a audiência pretendida do filósofo estóico, e para avaliar a escala e significado dos acréscimos de Cícero (em particular o uso dos *exempla* da história romana, significativamente seletivos).

O procedimento é sem dúvida fundamentalmente legítimo, mas o resultado final é uma série de afirmações subjetivas e circulares, e se perde de vista o valor político e histórico do trabalho de Cícero, um valor que é muito independente de sua dívida com suas fontes. O *Dos deveres* foi escrito no final de 44 a.C.; é uma peça da polêmica anti-cesariana, da qual extrai seus temas mais centrais: por exemplo, a substancial continuidade no comportamento de César entre 63 e 44 a.C., do programa de Catilina às medidas sobre dívidas. A obra pretende ser uma reafirmação da lealdade a um estado governado por um regime controlado por uma oligarquia senatorial; Cícero defende e difunde seus ideais tradicionais e o comportamento apropriado que os segue para um cidadão envolvido na política; ao mesmo tempo, Cícero reafirma a justeza das formas tradicionais da vida política, além da degeneração e da corrupção do momento. Cícero oferece às novas classes da Itália romana, emergidas após a guerra social, os ideais políticos da época de ouro de Cipião Emiliano, com algumas mudanças necessárias; ele está, conseqüentemente, engajado em um trabalho de educação geral e política. Não precisamos discutir aqui se essas novas classes estavam em uma posição de aceitar normas e ideais políticos, que foram desenvolvidos para uma elite de tamanho muito menor. Salústio, nas duas monografias que escreveu logo em seguida, provavelmente reagiu deliberadamente contra qualquer tentativa de oferecer, como ideais éticos e políticos, qualquer coisa pertencente a um estado passado que tinha se dissolvido em corrupção e impotência: de fato, ele ofereceu uma avaliação e uma interpretação da situação presente sem nenhuma solução para o futuro (pág.8). Não desejo sugerir que Salústio realmente pretendia responder à visão proposta por Cícero, meu propósito é apenas colocar as duas diferentes peças de reflexão histórica no mesmo clima político e cultural. Por outro lado, existem ecos claros do *Dos deveres* em Horácio e, de qualquer modo, o tratado deve ser lido em primeira instância como uma peça de filosofia política. É verdade que o *Das leis* e *Da República* são textos que apresentam um envolvimento mais evidente com metas políticas, mas o *Dos deveres* revela uma profundidade de sentimento muito maior. A abordagem esboçada também deve ser aplicada ao conjunto dos trabalhos filosóficos de Sêneca.<sup>68</sup>

## Comédia e sociedade

O que acontece quando um gênero literário perde seu conteúdo potencial e a sua função oficial pode ser bem ilustrada pela Comédia Nova. As personagens tornam-se estereotipadas e as implicações políticas características da Comédia Velha desaparecem. A Comédia Nova não tem nenhuma ligação com uma vida política engajada em uma *polis* democrática; mas reflete a existência

---

<sup>68</sup> M. T. Griffin, *Seneca. A philosopher in politics* (Oxford, 1976); P. Grimal, *Sénèque ou la conscience de l'Empire* (Paris, 1978).

de novos gostos e atitudes por parte de sua audiência, não envolvida politicamente e indiferente. Todavia, talvez exista um elemento realista nas comédias de Menandro, apesar da prevalência de personagens estereotipadas e de tipos psicológicos e do uso de enredos razoavelmente padronizados; este elemento realista é precisamente a investigação da psicologia individual e do comportamento individual em situações reais.

Entre as figuras típicas da Comédia Nova está, por exemplo, a do soldado mercenário, tirado da realidade contemporânea, orgulhoso e extravagante com o resultado da vitória. A guerra era comum no final do séc. IV e o soldado profissional, que era pobre nos tempos de paz e imprevidente depois da distribuição do butim, era facilmente ridicularizado e caricaturado – sua psicologia era distinta e reconhecível. A presença do mercenário na *polis*, como retratado pela Comédia Nova, pode ser comparada com a abundante evidência das inscrições helenísticas.<sup>69</sup>

Frequentemente se coloca a questão se elementos de mudança ou de continuidade são dominantes na sociedade grega e ateniense como retratados por Menandro; a resposta é ambígua. Existem elementos de continuidade estrutural na medida em que a *polis* e a família, as práticas religiosas e as condições econômicas ainda fornecem uma estrutura básica que governa as vidas das pessoas. Mas dentro deste sistema aparentemente estável existem estilos de vida (entre os quais a vida no campo é central) e modos de entender a vida que são diferentes; pode-se perceber a mudança tanto individual quanto coletivamente e frequentemente ela se reflete em mudanças nas regras legais. As comédias de Menandro, juntamente com os discursos áticos sobre questões de lei privada que sobreviveram (pág.28), são uma fonte de informação sobre a sociedade contemporânea e frequentemente revelam as mudanças características da época de Alexandre. Dada a natureza dos enredos, as instituições familiares são centrais, em particular o casamento, a adoção e a herança; a posição da mulher e dos escravos também figuram proeminentemente.<sup>70</sup> O que não é tão claro é em que medida as peças refletem valores contemporâneos, dado o fato de que exigências dramáticas teriam impingido regras à sua apresentação; pode-se aqui, no entanto, instituir comparações úteis através de análises filosóficas contemporâneas.

Também é válido considerar, junto com as comédias de Menandro, *Os Caracteres*, de Teofrasto, como produtos da sociedade ateniense no período helenístico. Eles também revelam um cidadão mais preocupado com seus assuntos privados, com novos padrões de comportamento, novas atitudes, novas idéias. A descrição de diferentes tipos humanos reflete um novo interesse pelo individual se opondo à *polis*, que também aparece no estudo contemporâneo de fisiognomia<sup>71</sup> e no florescimento da biografia. Os tipos humanos são principalmente os de uma classe “média”, razoavelmente prósperos, raramente os das classes mais baixas; uma luz indireta é lançada sobre as idéias e inclinações políticas de Teofrasto.<sup>72</sup>

Os poemas do ligeiramente mais tardio Teócrito também são reveladores; eles dependem da antítese entre cidade e campo, e refletem um perceptível contraste entre a realidade da vida quotidiana e suas várias experiências (como retratadas também, mais cruamente, por Herodas<sup>73</sup>) e uma ânsia de fuga para um mundo arcádico, uma construção poética imaginária a partir de elementos da realidade. Teócrito revela o tumulto nas almas dos homens do período helenístico, com seu desejo de escapar e fantasiar, o que também explica o novo gosto por certos tipos de narrativas históricas, repletas de romance e fantasia (pág.6).

---

<sup>69</sup> H. W. Parke, *Greek Mercenary Soldiers* (Oxford, 1933), 234-5; M. Launey, *Recherches sur les armées hellénistiques* II (Paris, 1950), 790ss.

<sup>70</sup> A. Martina, “Aspetti sociali e giuridici della Samia di Menandro”, *Atti Acc. Scienze Torino, Classe Sc. Morali* 107 (1973), 853-940; E. J. Bickerman, “La conception du mariage à Athènes”, *Bull. Instituto Diritto Romano* 88 (1975), 1-28.

<sup>71</sup> N. da T. Fisiognomia: arte de conhecer o indivíduo a partir de suas feições (Houaiss).

<sup>72</sup> G. Bodei Giglioni, “Immagini di una società. Analisi storica dei caratteri di Teofrasto”, *Athenaeum* 58 (1980) 73-102.

<sup>73</sup> N. da T. Herodas, Herondas ou ainda Herodes (gr. Ἡρόνδας, em geral) é sem dúvida o mais representativo autor do gênero do mimo. Viveu durante o século III a.C. e parece ter sido contemporâneo de Ptolomeu Evérgeta (246-221 a.C.). É possível que tenha vivido algum tempo em Cós e em Éfeso, a julgar por algumas informações encontradas em sua obra, e nada mais se sabe de certo a seu respeito.

O problema de quão acuradamente a sociedade ateniense é retratada na Comédia Nova, e de como o retrato deve ser entendido, é ainda mais intenso se nos voltarmos para as adaptações romanas da Comédia Nova a partir de Plauto. Parece claro que estamos diante de adaptações que são de certo modo caricaturas e que, apenas por causa da comparação implícita com o mundo romano, tem um aspecto político completamente ausente comparado aos originais. No entanto, não é fácil ver como a encenação da comédia ática era recebida, mesmo com as mudanças necessárias à audiência diferente, ou que resposta cultural evocava no contexto romano, onde sentimentos anti-gregos eram comuns. Nesta perspectiva, é vital saber até onde Plauto aderiu aos seus modelos gregos e quais mudanças ele fez, e estabelecer critérios baseados no estilo bem como no tema.<sup>74</sup> Esta também é uma questão vital se se pretende fazer um uso sério da evidência de Plauto para o estudo da sociedade romana na passagem do século III para o II a.C. (a cronologia precisa das peças também apresenta problemas).

A complexidade dos problemas emerge a partir de um exemplo. A polêmica contra o luxo feminino no monólogo de Megadoro, em *Aululária*, permitiria datá-la como de cerca de 195 a.C. e poderia sugerir um contexto histórico relacionado à polêmica sobre a abolição da *Lex Oppia*, que tinha limitado o luxo que as mulheres podiam despender. O monólogo poderia revelar muito sobre a sociedade e a economia de Roma neste período; contém uma longa lista de negócios e profissões que, apesar do elemento caricatural, poderia mostrar uma diversificação de serviços e, por conseguinte, a existência de uma rica clientela. Mas no final do monólogo (linhas 525ss.) acontece o bizarro episódio de um soldado faminto recebendo seu pagamento de um cidadão rico. Apesar de muitos esforços ingênuos, o episódio não pode se enquadrar em um contexto romano; mas *pode* ser explicado comparando-o com uma passagem em *Enéias Tático* XIII concernente ao pagamento de soldados mercenários exatamente por cidadãos ricos das *poleis* gregas. O episódio é, assim, parte da história militar do século IV e se deve questionar se algum dos monólogos de Megadoro, com todas as suas insinuações sociais e econômicas, não diz respeito menos ao mundo romano do início do século II a.C., do que ao mundo grego;<sup>75</sup> talvez tivesse provocado assombro e hilaridade em sua audiência romana, precisamente por causa de sua estranheza.

O fato é que critérios claros e certos para a determinação das mudanças feitas por Plauto não existem, e talvez seja melhor considerar cada caso individualmente do que arriscar soluções gerais baseadas em considerações estilísticas ou literárias ou em termos usados em gracejos sobre as instituições públicas. Aqui novamente um exemplo é de grande ajuda: as linhas 575-600 fornecem a melhor evidência disponível para a história do clientelismo em Roma e para a compreensão de seu papel na sociedade romana no início do século II a.C.<sup>76</sup>

## Literatura técnica

A literatura técnica e científica tem características distintivas próprias, uma vez que, em sua grande parte, não é limitada pelas regras literárias que determinam a natureza de qualquer obra não direcionada a uma audiência especializada. Trabalhos sobre medicina, ciência natural, geografia, ciência militar (em particular, técnicas de cerco e ataque), agrimensura – todos são dirigidos a leitores capazes de entendê-los e usá-los; eles dependem intimamente dos resultados de novas investigações científicas e técnicas e, como resultado, adaptam-se facilmente às reais necessidades da sociedade ou do grupo ao qual se destinam – portanto, podem nos dar informações preciosas sobre questões políticas e econômicas. O outro lado da moeda é que, em sua maior parte, os novos e aperfeiçoados métodos e os seus benefícios atingiam apenas uma penetração limitada comparada às obras do mesmo campo, mas que tinham pretensões literárias, trabalhos que permaneciam delimitados por conceitos tradicionais e continuavam a fornecer material obsoleto. Um dos resultados deste fato é que as inovações científicas e técnicas eram pouco conhecidas fora do meio no qual foram alcançadas e se fez pouco uso delas; também é fácil entender porque os tratados geográficos de tipo literário

---

<sup>74</sup> Ed. Fraenkel, *Elementi plautini in Plauto* (Florença, 1960); U. E. Paoli, *Comici latini e diritto attico* (Milão, 1962); G. Rotelli, “Ricerca di un criterio metodologico per l’utilizzazione di Plauto”, *Bull. Istituto Diritto Romano* 65 (1972), 97-132.

<sup>75</sup> E. Gabba, “Sul *miles inpransus* dell’ *Aulularia* di Plauto”, *Rend. Ist. Lombardo* 113 (1979), 408-14.

<sup>76</sup> N. Rouland, *Pouvoir politique et dépendance personnelle dans l’Antiquité romaine* (Bruxelas, 1979), 261ss.

continuavam a repetir por séculos, sem mudanças, os pontos de vista de autores tidos como de fundamental importância: já observamos a natureza do relacionamento entre Estrabão e suas fontes (pág.13).

Os pontos gerais recém-levantados devem ser relativizados com relação à importância e ao papel de cada disciplina e sua metodologia em seu contexto social e cultural. É claro que alguns textos médicos da Coleção Hipocrática [ou *Corpus Hippocraticum*] provêm a melhor evidência sobre os avanços feitos pela ciência grega na segunda metade do século V a.C. As obras fornecem evidência sobre problemas da história da ciência – métodos, instrumento e atitudes medicinais – e sobre problemas de história social (as histórias clínicas dos Livros I e III de *Epidemias* são particularmente reveladoras) bem como sobre o papel e a posição social do médico.

O estudo clínico dos sintomas e seu uso na elaboração de prognósticos influenciou os métodos de história, e isto aparece claramente em Tucídides, particularmente quando este insiste na investigação das causas.<sup>77</sup> Além disso, teorias climatológicas, como a influência da geografia nas características físicas e espirituais dos povos, foram facilmente transferidas para a etnografia e a história; nestes contextos as teorias tinham uma longa história, envolvendo tentativas de avaliar as bases institucionais e os sistemas políticos diversos de povos diferentes. Elas também forneciam a base para análises comparativas de costumes gregos e bárbaros, leis e instituições (ver, por exemplo, *Ares, Águas e Lugares* 11–24, de Hipócrates).

Como comparação, no século II d.C., o médico Galeno e sua prestigiosa posição devem ser vistos no contexto do renascimento grego do Segundo Movimento Sofista (pág.19) e no de uma alta sociedade imperial, com seus gostos intelectuais e interesses culturais, nos quais filosofia, retórica e medicina estavam intimamente ligadas.<sup>78</sup>

As obras de Enéias Táctico sobre a técnica de cerco (metade do século IV a.C.) e as de Fílon de Bizâncio (final do século III a.C.) revelam tanto mudanças nas práticas militares derivadas de maneiras totalmente novas de planejamento e condução de operações militares como um nível muito alto de perícia técnica. Eles também nos contam muito mais do que as obras históricas que tratam propriamente dos problemas sociais e políticos dentro das *poleis* gregas do período.<sup>79</sup> Por uma série de razões, houve um declínio, no período romano, do alto nível tecnológico alcançado no período helenístico na condução de operações militares, apesar da literatura técnica em grego ter continuado a aparecer em quantidade até o período bizantino; Vitruvius depende dessa literatura para seus capítulos sobre técnica de cerco no Livro X de seu *Da Arquitetura*. Por outro lado, o *Epítome das coisas militares* de Vegetius, escrito sob Teodósio, o Grande, apesar de utilizar fontes especializadas gregas e latinas e de sua preocupação com os problemas da época, é basicamente uma obra literária dirigida ao imperador. A curiosa peça do chamado *Anonymus de rebus bellicis* é também uma obra de análise política e institucional; preocupa-se com reformas fiscais e econômicas e com inovações técnicas bizarras na esfera militar.

(É preciso dizer de passagem, sobre o *Da Arquitetura*, de Vitruvius, que pertence a um contexto histórico particular, o da época de Augusto, e não tem apenas uma finalidade técnica, mas também ideológica; basta olhar o prefácio do Livro I. Estamos no ponto mais alto, o fim de um longo processo de desenvolvimento e urbanização que caracterizou todo o século I a.C. na Itália. A organização interna do trabalho torna claro que as considerações políticas e sociais são predominantes e que Vitruvius tinha em mente o programa de renovação urbana de César e Augusto).

Não há dúvidas que a literatura militar técnica tinha algum efeito direto na história pragmática. O exemplo mais óbvio é o de Políbio (pág.4), que também escreveu sobre táticas; mas também pode ser citado o caso de Arriano: em ambos os casos estamos lidando com historiadores que tinham considerável experiência no comando de exércitos. Elementos descritos a partir de tratados técnicos também podem ser encontrados na *Geografia* de Estrabão e nos livros de geografia de Plínio,

---

<sup>77</sup> K. Weidauer, *Thukydides und die hippokratishchen Schriften* (Heidelberg, 1954); D. L. Page, “Thucydides’ description of the Great Plague at Athens”, *Classical Quarterly*, n.s.3 (1953), 97-118; A. M. Parry, “The language of Thucydides’ description on the Plague”, *BICS* 16 (1969), 106-118.

<sup>78</sup> G. W. Bowersock, *Greek Sophists in the Roman Empire* (Oxford, 1969), 59-75; M. Vegetti, “Introduzione”, in *Galeno. Opere scelte* (Turim, 1978).

<sup>79</sup> H. Bengtson, “Die griechische Polis bei Aeneas Tacticus”, *Historia* 11 (1962), 458-68; Y. Garlan, “Cités, armées et stratégie à l’époque hellénistique d’après l’oeuvre de Philon de Bysance”, *Historia* 22 (1973), 16-33.

o Velho; mas como vimos (pág.13), Estrabão é predominantemente uma figura literária, e não se pode esperar dele um tratamento sempre preciso e confiável; contemporâneos teriam procurado em outros lugares tais informações, em guias de estradas, descrições de rotas marítimas, documentos administrativos, mapas etc.

O melhor exemplo do completo isolamento dos tratados técnicos com relação à atividade literária é o dos Gromáticos<sup>80</sup> latinos; estes eram, muito provavelmente, textos escolares sobre agrimensura, cheios de informação sobre geometria e também sobre lei, talvez diferente de uma região para outra precisamente por causa da natureza das exigências educacionais.<sup>81</sup> Não há nenhuma edição crítica moderna, um preâmbulo indispensável para o uso destes textos para propósitos históricos; ainda são nossa principal fonte para o processo de Romanização na Itália e em outros lugares, e para a reorganização de estruturas urbanas e agrárias.

As fontes legais oficiais são uma categoria à parte. O uso histórico de um texto como o *Código Teodosiano* [*Codex Theodosianus*] deve ser precedido por uma série de observações que são vitais precisamente por causa da importância da informação no *Codex* sobre o aparelho administrativo do estado imperial e sobre a história política, social, econômica, militar, e, é claro, legal do Império. É necessário, portanto, em primeiro lugar, compreender os objetivos e as intenções dos compiladores, uma vez que estavam relacionados às necessidades políticas contingentes, e as maneiras nas quais os textos foram escolhidos pela comissão estabelecida por Teodósio II e o material escolhido e então organizado e retrabalhado.<sup>82</sup> em outras palavras, a maneira como o material nos foi transmitido (um grande problema histórico por si só) afeta a maneira como podemos usá-lo. Talvez ainda mais insidiosa seja a mera dificuldade de usar um texto que expõe as decisões e normas adotadas pelo poder imperial; decisões e normas podem estabelecer exatamente o inverso do que realmente era o caso. Em outras palavras, devemos perguntar que relação havia entre as intenções do poder imperial refletidas no *Codex* e as mudanças feitas nos textos anteriores por um lado e, por outro, a verdadeira realidade da sociedade romana no século IV d.C. Existe uma perigosa tentação de retratar aquela sociedade e seus problemas a partir dos objetivos da autoridade imperial. Nós não podemos estar certos de conhecer, mesmo aproximadamente, o resultado da frequente repetição dos decretos imperiais – o mero fato da repetição revela sua ineficácia. Até mesmo o édito de Diocleciano sobre os preços máximos não durou mais do que cerca de uma década. O perigo é que podemos nos encontrar retratando não a sociedade romana, mas as soluções propostas para resolver seus muitos problemas sem nunca terem sido implementadas. Certamente é verdade que é importante entender a mentalidade do imperador e as soluções que propôs aos problemas e os meios com os quais parecia possível implementá-las; mas este é somente um lado da questão. Para abordar o problema fundamental, nós fomos corretamente advertidos<sup>83</sup> a não considerar a sociedade do século IV como caracterizada pela natureza estática que a legislação imperial estava tentando impor. Esta legislação por si só mostra precisamente o oposto (e outras fontes confirmam o quadro): que havia uma mobilidade social considerável, talvez mais do que nos dois primeiros séculos do Império. Análises similares poderiam ser aplicadas ao material preservado no *Codex* a respeito de outros problemas e talvez pudesse tornar possível um quadro mais sutil da sociedade do século IV como um todo.

## Literatura cristã

A democratização da cultura no final do Império deve ser vista como o resultado do trabalho do cristianismo nas culturas locais que estavam nas franjas da cultura greco-romana clássica; o

---

<sup>80</sup> (N.T.) Do latim *groma*, instrumento dos antigos romanos para medir terrenos.

<sup>81</sup> G. Tibiletti, *Storie locali dell'Italia romana* (Pavia, 1978), 317-19, 325-7; O. A. W. Dilke, *The Roman Land Surveyors* (Newton Abbot, 1971).

<sup>82</sup> Fundamentais são J. Gaudemet, "Aspects politiques de la Codification Theodosienne", in *Istituzioni giuridiche e realtà politiche nel Tardo Impero (III-IV sec.d.C.)* (Milão, 1976), 261-9; G. G. Archi, "Nuove prospettive nello studio del Codice Teodosiano", *ibid.* 281-313. Cf. também V. Giuffrè, "Iura" e "Arma". *Intorno al VII libro del Codice Teodosiano* (Nápoles, 1979).

<sup>83</sup> A. H. M. Jones, in *The Conflict between Paganism and Christianity in the Fourth Century*, ed. A. Momigliano (Oxford, 1963), 34-5; R. MacMullen, "Social mobility and the Theodosian Code", *JRS* 54 (1964), 49-53.

processo envolvia a participação ativa e direta na atividade religiosa de todos os estratos sociais, incluindo o mais baixo, e, por conseguinte, também sua participação, ao menos indiretamente, na vida política do estado imperial; a verdade básica desta proposição é apenas modificada pela existência de tendências centrífugas.<sup>84</sup> A natureza da realização do cristianismo fica clara pelo grande volume da literatura cristã antiga, que é caracterizada pela existência de um elemento popular muito mais forte do que na literatura pagã; isso resultou em um impacto muito mais amplo. O melhor exemplo são as hagiografias, onde um aspecto literário é combinado com elementos vivamente populares; as raízes da hagiografia estão na biografia e na paradoxografia (pág.7), mesmo assim é um gênero literário substancialmente novo, sua ampla difusão é evidência do nível da inteligência, das fantasias e do gosto populares.<sup>85</sup> Dentro da hagiografia, os atos dos mártires são de interesse particular; sua origem é problemática e está relacionada à complicada questão sobre quanto dos procedimentos judiciais, no período imperial, foram registrados e transmitidos adiante; mas, de qualquer modo, sua natureza popular está clara pela vasta circulação que possuíam para propósitos de instrução e educação (Eusébio, *História Eclesiástica* V, pref. 2); os atos, então, serviam como material para polêmica e propaganda. Por causa da natureza de sua origem, os atos são da mais alta importância para a história do procedimento penal sob o Império.<sup>86</sup>

Tomando outro rumo, o grande papel desempenhado pelos sermões na literatura patrística<sup>87</sup> grega e latina oferece, apesar das limitações do gênero, uma visão da audiência a qual pode ser comparada com a disponível pela da oratória das *poleis* livres e das cidades de tempos antigos. O espectro da sociedade assim revelado é de fato muito mais amplo.

É na sinceridade da cultura cristã que se coloca a visão histórica de Orósio; ele visava deliberadamente romper completamente com a perspectiva tradicional da história clássica, que se restringia à cultura e às atitudes políticas das classes mais altas. Dado que as guerras tinham sempre sido o assunto central dos historiadores clássicos, Orósio pretendia, através da avaliação negativa de tais guerras, apresentar uma visão cristã da história, teológica e universalista, ainda centrada em Roma, mas preocupada com os destinos dos conquistados.

O fato de que se destinavam a uma audiência que abarcava todos, e não necessariamente instruída, significava que os autores cristãos tinham que possuir não apenas uma experiência direta da vida de uma comunidade cristã, mas também um sentimento real por seus problemas; caso contrário não teriam chance de serem compreendidos em termos práticos, preocupados como eram com temas morais e religiosos. Seus escritos, dessa maneira, permitem reconhecer e reconstruir as realidades das situações contemporâneas, até mesmo onde os problemas são formulados em termos morais e o objetivo é retratar uma sociedade ideal – como deveria ser e não como era.

As dificuldades, entretanto, não devem ser superestimadas. Por exemplo, nas obras de Santo Ambrósio, seu caráter fragmentário, típico dos registros de sermões, eleva o valor de seu testemunho direto; a herança cultural clássica, que é importante em seu trabalho, tem menos valor do que a vitalidade e a sinceridade de todo o contexto. O mesmo ponto é relevante para o fato de que muita literatura patrística latina depende de obras gregas anteriores e contemporâneas, elas mesmas subordinadas às fontes clássicas; a dependência, algumas vezes, pode significar quase a tradução, com erros, mas sabemos, dos exemplares clássicos (pensa-se na tradução de Políbio por Tito Lívio), que a política e a ideologia podem colorir até mesmo uma tradução. A natureza derivativa da literatura patrística, que pode fazer com que seja tratada como amplamente convencional, na realidade a permite refletir realidades contemporâneas; as mudanças feitas em versões mais antigas e as

---

<sup>84</sup> S. Mazzarino, in *XIe Congrès Intern. des Sciences Historiques* (Estocolmo, 1960), Rapports 11 (1960), 35-54.

<sup>85</sup> H. Delehaye, *Les légendes hagiographiques* (Bruxelas, 1906); *Les passions des martyrs et les genres littéraires* (Bruxelas, 1921). Sobre o uso desse material: R. Aigran, *L'hagiographie, ses sources, ses méthodes, son histoire* (Paris, 1953).

<sup>86</sup> G. Lanata, *Gli Atti dei Martiri come documenti processuali* (Milão, 1973).

<sup>87</sup> N. da T. Patrística: filosofia cristã formulada pelos padres da Igreja nos primeiros cinco séculos da nossa era, buscando combater a descrença e o paganismo por meio de uma apologética da nova religião, calcando-se frequentemente em argumentos e conceitos procedentes da filosofia grega (Houaiss).

referências a assuntos de questões diárias na verdade revelam a natureza das condições sociais e econômicas, onde um vazio moralizador poderia ter sobressaído.<sup>88</sup>

Muito frequentemente temos a tendência de considerar os elementos da tradição literária antiga como sendo todas do mesmo tipo (não, é claro, com relação ao assunto) e usá-los sem cuidado para nossos próprios propósitos históricos. O resultado é inevitavelmente um tratamento agradavelmente homogêneo que elimina o que é específico de uma obra ou de um autor. É apenas uma solução incompleta recuperar a fonte original de uma determinada informação e estabelecer a prioridade de uma fonte sobre outra aumentando, dessa maneira, sua autoridade; não fomos além dos problemas de temas. De fato, as obras literárias antigas pertencem a diferentes níveis culturais e sociais, frequentemente formam parte de um gênero literário rigidamente definido e são, acima de tudo, influenciadas pelas demandas do público leitor a que se destinam. A diversidade de forma e conteúdo resultante deve ser compreendida; suas raízes se fixam em uma enorme variedade cultural e em objetivos amplamente dispares; estes objetivos são condicionados por estruturas sociais que mudam de tempos em tempos, de lugar para lugar, de cultura para cultura.

Com relação ao método, portanto, antes de se tentar avaliar criticamente o significado de qualquer obra ou usá-la para propósitos históricos, deve-se investigar os leitores ou a audiência a quem foi destinada, os objetivos do autor e os meios utilizados para transmitir seu pensamento e organizar seu texto.

## Apêndice

### Textos críticos

A coleção mais completa é:

*Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana* (Leipzig)

E mais:

*Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis* (Oxford)

*Collection G. Budé des Universités de France* (Paris, Les Belles Lettres)

*The Loeb Classical Library* (Londres e Cambridge, Mass.)

*Corpus Scriptorum Latinorum Paravianum* (Turim)

Importantes autores do final do Império (Jordanes, Eutrópio, Sidônio Apolinário, Claudiano, Ausônio etc.) foram publicados em:

“Auctores Antiquissimi” in *Monumenta Germaniae Historica* (Berlim)

Textos importantes, como *Geographi Graeci Minores* ou Ptolomeu, foram publicados por Firmin Didot (Paris), com tradução latina.

Na mesma série foi publicada a de C. Muller:

*Fragmenta Historicorum Graecorum I-V* (Paris, 1841-1870).

A nova edição de F. Jacoby:

*Die Fragmente der Griechischen Historiker* (FgrHist) I (Berlim 1923, 1957<sup>2</sup>) ao III C (Leiden 1958) com comentário, está incompleta.

Os fragmentos dos historiadores latinos estão em:

H. Peter, *Historicorum Romanorum Reliquiae* (Leipzig) I<sup>2</sup> (1914), II (1906).

Os fragmentos dos oradores latinos foram publicados por:

H. Malcovati, *Oratorum Romanorum Fragmenta*<sup>4</sup> (Turim, 1976-9).

Os textos de autores cristãos foram publicados por:

J.-P. Migne, *Patrologia Graeca* (Paris, 1857-66) e *Patrologia Latina* (Paris, 1844-55).

E mais:

*Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum* (Viena)

---

<sup>88</sup> L. Ruggini, *Economia e società nell' "Italia Annonaria"* (Milão, 1961); de importância metodológica são a Introdução, 1-16 e o Apêndice IV (pp. 190-202): “Il pensiero economico dei Padri della Chiesa a proposito dell'usura”.

*Die griechischen christlichen Schriftsteller der ersten drei Jahrhunderte* (Leipzig)  
*Corpus Christianorum, Series Latina* (Turnhout)  
*Sources Chrétiennes* (Paris)

#### *Introduções e obras gerais*

- H. Bengtson, *Einführung in die alte Geschichte*<sup>7</sup> (Munique, 1975) = *Introduction to Ancient History* (trad. Por R. I. Frank e F. D. Gilliam, Berkeley e Los Angeles, 1970)  
G. Guggenbuhl e O. Weiss, *Quellen zur Geschichte des Altertums*<sup>3</sup> (Zurique, 1964)  
A. Rosenberg, *Einleitung und Quellenskunde zur römischen Geschichte* (Berlim, 1921)  
C. Wachsmuth, *Einleitung in das Studium der alten Geschichte* (Leipzig, 1895)

#### *História literária*

- O. Bardenhewer, *Geschichte der altchristlichen Literatur I-V* (reimpr., Darmstadt, 1962)  
H. Bardon, *La littérature latine inconnue I-II* (Paris, 1952-6)  
M. e A. Croiset, *Histoire de la littérature grecque I-V*<sup>2</sup> (Paris, 1896-1900)  
P. de Labriolle, *Histoire de la littérature latine I-II*<sup>3</sup> (Paris, 1947)  
A. Harnack, *Die Chronologie der altchristlichen Literatur bis Eusebius I-II* (Leipzig, 1897-1904)  
A. Harnack, *Geschichte der altchristlichen Literatur bis Eusebius I-II* (reimpr., Leipzig, 1958)  
E. J. Kenney e W. V. Clausen (eds.), *The Cambridge History of Classical Literature II: Latin Literature* (Cambridge, 1982)  
A. Lesky, *Geschichte der griechischen Literatur*<sup>2</sup> (Berna e Munique, 1971)  
H. Peter, *Die geschichtliche Literatur über die römische Kaiserzeit bis Theodosius I und ihre Quellen I-II* (Leipzig, 1897)  
A. Puech, *Histoire de la littérature grecque Chrétienne I-III* (Paris, 1928-30)  
A. Rostagni, *Storia della Letteratura Latina I-III*<sup>3</sup> (Turim, 1964)  
M. Schanz, *Geschichte der römischen Literatur I-II*<sup>4</sup> revisado por C. Hosius (Munique, 1928-35), III<sup>3</sup> (1932), IV (1904)  
F. Sussehl, *Geschichte der griechischen Literatur in der Alexandrinerzeit I-II* (Leipzig, 1891-2)  
W. Schmid e O. Stählin, *Geschichte der griechischen Literatur* (Munique, I.1 (1929); I.2 (1934); I.3 (1940); I.4 (1946); I.5 (1948); II.1-2 (1920-4)  
G. Williams, *Change and Decline: Roman Literature in the Early Empire* (Berkeley e Los Angeles, 1978)

#### *História cultural*

- G. J. D. Aalders, *Political Thought in Hellenistic Times* (Amsterdam, 1975)  
G. W. Bowersock, *Greek Sophists in the Roman Empire* (Oxford, 1969)  
M. Braun, *History and Romance in Graeco-Oriental Literature* (Oxford, 1938)  
M. L. Clarke, *Higher Education in the Ancient World* (Londres, 1971)  
H. - I. Marrou, *De la connaissance historique* (Paris, 1954)  
H. - I. Marrou, *A History of Education in Antiquity* (Trad. inglesa, Londres e Nova Iorque, 1956)  
J. Palm, *Rom, Römertum und Imperium in der griechischen Literatur der Kaiserzeit* (Lund, 1959)  
M. Pavan, *La greccità classica da Tucicide ad Aristotele* (Roma, 1958)  
E. Perry, *The Ancient Romances* (Berkeley e Los Angeles, 1967)  
R. Pfeiffer, *History of Classical Scholarship I-II* (Oxford, 1968, 1976)  
J. E. Sandys, *A History of Classical Scholarship I-III* (reimpr., Nova Iorque e Londres, 1967)  
C. Schneider, *Kulturgeschichte des Hellenismus I-II* (Munique, 1967-9)  
A. Stein, *Römische Inschriften in der Antiken Literatur* (Praga, 1931)  
T. Steinby, *Romersk Publicistik* (Helsingfors, 1956)

M. Untersteiner, *Problemi di filologia filosofica* (Milão, 1980)

*História da historiografia*

- T. S. Brown, *The Greek Historians* (Lexington, Toronto e Londres, 1973)  
J. B. Bury, *The Ancient Greek Historians* (1908; Nova Iorque, 1958)  
L. Canfora, "Il 'Ciclo' storico", *Belfagor* 26 (1971), 653-70  
L. Canfora, *Totalità e selezione nella storiografia classica* (Bari, 1972)  
L. Canfora, *Teorie e tecnica della storiografia classica* (Bari, 1974)  
M. Dal Pra, *La storiografia filosofica antica* (Milão, 1950)  
G. De Sanctis, *Studi di storia della storiografia greca* (Florença, 1951)  
A. Dihle, *Studien zur griechischen Biographie* (Göttingen, 1956)  
T. A. Dorey (ed.), *Latin Historians* (Londres, 1966)  
T. A. Dorey (ed.), *Latin Biography* (Londres, 1967)  
L. Ferrero, *Rerum Scriptor. Saggi sulla storiografia romana* (Trieste, 1962)  
K. von Fritz, *Griechische Geschichtsschreibung I. 1-2* (Berlino, 1967)  
E. Gabba, "True history and false history in classical antiquity", *JRS* 71 (1981), 50-62  
B. Gentili e G. Cerri, *Le teorie del discorso nel pensiero greco e la storiografia romana arcaica* (Roma, 1975)  
F. Hampl, *Geschichte als kritische Wissenschaft I-III* (Darmstadt, 1975-9)  
E. A. Havelock, *Preface to Plato* (Cambridge, Mass., 1963)  
*Histoire et historiens dans l'Antiquité* (Entretiens 4, Fondation Hardt, Genebra, 1958)  
F. Jacoby, *Abhandlungen zur griechischen Geschichtsschreibung* (Leiden, 1956)  
F. Jacoby, *Atthis. The local chronicles of Ancient Athens* (Oxford, 1949)  
M. Laistner, *The Greater Roman Historians* (Berkeley e Los Angeles, 1947)  
A. La Penna, *Aspetti del pensiero storico latino* (Turim, 1978)  
A. La Penna, *Fra teatro, poesia e politica romana* (Turim, 1979)  
F. Leo, *Die griechische Biographie* (Leipzig, 1901)  
S. Mazzarino, *Il pensiero storico classico I-III* (Bari, 1966)  
Chr. Meier, "Die Entstehung der Historie", in *Geschichte – Ereignis und Erzählung* (Munich, 1973), 251-305  
G. Misch, *Geschichte der Autobiographie* (1907) = *A History of Autobiography in Antiquity* (Londres, 1950)  
A. Momigliano, *Contributo alla storia degli studi classici (e del mondo antico) I-IV* (Roma, 1955-80)  
A. Momigliano, *Studies in Historiography* (Londres, 1966)  
A. Momigliano, *Essays in Ancient and Modern Historiography* (Oxford, 1977)  
A. Momigliano, "Storiografia Greca", *Rivista Storica Italiana* 87 (1975), 17-46 = "Greek Historiography", *History and Theory* 17 (1978), 1-28.  
D. Musti (ed.), *La storiografia greca. Guida storica e critica* (Bari, 1979)  
H. Peter, *Der Brief in der römischen Literatur* (Leipzig, 1901; reimpr., 1965)  
H. Peter, *Wahrheit und Kunst. Geschichtsschreibung und Plagiat im klassischen Altertum* (Leipzig e Berlino, 1911)  
Ed. Schwartz, *Griechische Geschichtsschreiber* (Leipzig, 1957)  
C. G. Starr, *The Awakening of the Greek Historical Spirit* (Nova Iorque, 1968)  
K. Trudinger, *Studien zur Geschichte der griechisch-römischen Ethnographie* (Diss. Basel, 1918)  
S. Ussher, *The Historians of Greece and Rome* (Londres, 1969)  
P. Veyne, *Comment on écrit l'histoire* (Paris, 1971)  
T. P. Wiseman, *Clio's Cosmetics. Three studies in Graeco-Roman literature* (Leicester, 1979)  
T. P. Wiseman, "Practice and theory in Roman historiography", *History* (1981), 375-93